

CIBEC/INEP



B0010086



Conferência
Internacional
de Educação

41ª Sessão, Genebra, janeiro, 1989

Desenvolvimento da
Educação: 1986 - 1988

Relatório Nacional



7.014
8823d



Repubblica Federativa do Brasil
Ministério da Educação



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil
JOSÉ SARNEY

Ministro da Educação
HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO

Secretário-Geral
LUIZ BANDEIRA DA ROCHA FILHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
1986 - 1988**

**Relatório Nacional
41ª Sessão da Conferência Internacional
de Educação Genebra, janeiro, 1989**



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Páginas

I	— Organização e Estrutura do Sistema Educacional	
1.1	— Princípios, finalidades e objetivos da educação.	7
1.2	— Organização e estrutura do sistema educacional.	8
1.3	— Administração do Ensino.	12
1.4	— Financiamento da Educação.	13
II	— Tendências de Desenvolvimento do Sistema Educacional no período de 1986-1988	
11.1	— Atuais orientações da política educacional.	19
11.2	— Legislação relativa à educação (1986-1988).	22
11.3	— Evolução do sistema educacional.	23
11.4	— Pesquisa pedagógica.	46
III	— Problemas e Dificuldades.	49
IV	— Cooperação Internacional.	53
V	— Seguimento dado às recomendações da Conferência Internacional de Educação.	57
V.a	— Recomendação n? 73, adotada pela 38ª Sessão da CIE: "A interação entre a educação e o trabalho produtivo".	57
V.b	— Recomendação n? 74, adotada pela 39ª Sessão da CIE: "Generalização e renovação do ensino primário na perspectiva de uma iniciação científica e técnica apropriada".	58
V.c	— Recomendação n? 75, adotada pela 40ª Sessão da CIE: "Melhoria do ensino de 2º grau; objetivos, estruturas, conteúdos e métodos".	58
VI	— Referências Documentais.	63
ANEXO I	— Resposta ao Questionário "O Ensino Pós-Secundário e sua Diversificação Frente à Situação do Emprego".	75
ANEXO II	- Grupo de Trabalho Responsável pela Elaboração deste Documento.	83

INTRODUÇÃO

O Relatório elaborado para a 40ª Sessão da Conferência Internacional da Educação, sobre o Desenvolvimento da Educação no Brasil — 1984-1986, assinala em seu último parágrafo: "A educação brasileira será objeto de discussões pela Assembléia Constituinte que, em 1987, elaborará a nova Carta Magna do País. Amplos setores da população, principalmente aqueles ligados ao campo educacional, estão mobilizados para o debate das questões relativas à educação e para a conseqüente apresentação de sugestões à Assembléia Constituinte. Assim, as informações relativas à organização e à estrutura do sistema educacional bem como aquelas relativas às políticas para o setor são passíveis de modificações a curto prazo".

O presente Relatório, referente ao período 1986-1988, foi elaborado à luz dos princípios da Constituição de 1967 e das leis básicas da educação nacional em vigor, com a Nação vivendo, entretanto, o clima da promulgação da Constituição de 1988, certa de que a nova Carta Magna provocará grande impacto reformador das estruturas do Estado brasileiro, do sistema político e das relações sociais internas.

A mobilização da sociedade, no período 1986-1988, foi intensa, com a capacidade de alargar sua ação de forma permanente abrangendo a participação de diferentes grupos populacionais nas discussões sobre os rumos da educação brasileira a partir do delineamento oferecido pelo Projeto de Constituição.

A realização de seminários, conferências, palestras, grupos de trabalho, a presença do tema em artigos de revistas e jornais documentam o extraordinário esforço e empenho da sociedade em oferecer sua contribuição ao reordenamento da doutrina sobre a qual assentará o novo arcabouço da educação no Brasil, reconhecendo-a, com insistência, como um direito de todos e como um real acelerador do nosso desenvolvimento social.

O nível de formação social brasileira vem demonstrando a positiva capacidade de perceber a educação, principalmente a educação básica, não como um problema, mas como uma das soluções para alguns dos problemas mais sérios do País, qual seja, a construção de uma cidadania ativa, participante e ciente de seus direitos e deveres.

Pela relevância da Conferência Internacional da Educação, como alto fórum de debates da matéria, julga-se oportuno registrar, nesta introdução, alguns dos preceitos que caracterizam o capítulo que trata da educação, aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte:

- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- gestão democrática do ensino público;
- autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades;
- garantia de padrão de qualidade;
- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- organização dos sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em regime de colaboração;
- atuação prioritária dos municípios no ensino fundamental e na pré-escola;
- estabelecimento, por lei, do Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:
 - erradicação do analfabetismo;
 - universalização do atendimento escolar;
 - melhoria da qualidade do ensino;
 - formação para o trabalho;
 - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

É inegável que, pela nova Constituição, o atendimento da população, pelo ensino fundamental, ganha maior amplitude.

O texto constitucional de 1967 limita-se a estabelecer a obrigatoriedade do ensino primário para todos dos sete aos 14 anos, com gratuidade nos estabelecimentos oficiais. Pela nova Carta, a obrigatoriedade do ensino fundamental alcança não apenas essa faixa etária, mas se estende -aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria, o que implicará um grande esforço do Poder Público na consecução de sua universalização.

O raio de ação dessa obrigatoriedade há de atingir, como anuncia um dos princípios já citados, no decorrer do tempo, o ensino médio, num visível avanço com referência aos ditames da Constituição de 1967. Por esta, o ensino médio não se apresenta como obrigatório, e o regime de gratuidade nesse nível de ensino e no superior seria substituído gradativamente, pelo Poder Público, pelo sistema de concessão de bolsas de estudo, mediante restituição regulada em lei.

A Constituição de 1967 é omissa quanto à matéria referente à educação pré-escolar, enquanto o novo texto a insere não apenas no capítulo dedicado à educação, mas também naquele que trata dos direitos sociais, colocando-a como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais: "assistência gratuita aos filhos e dependentes de até seis anos de idade, em creches e pré-escolas".

Aspecto significativo a ser ainda destacado no novo texto constitucional refere-se à criação dos sistemas municipais de educação que deverão atuar, prioritariamente, no

ensino fundamental e na educação pré-escolar. É um aspecto inovador porquanto até então os municípios mantêm redes de escolas subordinadas à legislação estadual de ensino. É inovador ainda porque provocará um novo perfil nas relações União, estados e municípios no que concerne à organização dos sistemas que será levada a efeito em regime de colaboração.

O foco da atenção dos meios educacionais, no momento, encontra-se centrado nos estudos que possam subsidiar a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do futuro Plano Nacional de Educação, na busca de referenciais que permitam identificar uma possível configuração desses dois instrumentos em sua relação com os planos globais do Governo.

Os estudos referidos estão sendo realizados à luz dos preceitos inseridos no capítulo da nova Constituição que trata da tributação e do orçamento nas três esferas governamentais, caracterizado pelo processo de desconcentração dos recursos no âmbito da União, privilegiando, na repartição das receitas tributárias, os estados e os municípios. Redistribuem-se, assim, diversos encargos, funções, atividades, projetos e programas entre as esferas de Governo.

Essa perspectiva de mudança há de alterar, sem dúvida, o processo de planejamento e administração do sistema nacional de educação que resultarão da ação harmônica e articulada dos sistemas federal, estadual e municipal.

I-ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL

1.1 — Princípios, finalidades e objetivos da educação

a) Princípios gerais

Norteiam a educação nacional os princípios consignados na Constituição do Brasil de 1967, segundo a qual a educação, inspirada no princípio de unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos os cidadãos e dever do Estado e será dada no lar e na escola. A União — ou seja, ao Governo Federal — compete legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, bem como estabelecer planos nacionais de educação. Essa competência da União não exclui a dos estados, no âmbito de sua atuação, para legislarem supletivamente sobre matérias relacionadas a seu próprio sistema de ensino, respeitada a lei federal.

b) Finalidades e objetivos

As finalidades e os objetivos gerais da educação nacional estão expressos em leis ordinárias específicas. Promulgada em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61, posteriormente alterada pelas Leis de igual natureza, de nºs 5.540/68, 5.692/71 e 7.044/83) constitui-se no instrumento geral que regula finalidades e objetivos, meios e poderes da ação educacional.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, a "educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

- o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- a preservação e a expansão do patrimônio cultural;
- a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou de raça".

Os objetivos gerais do ensino são concebidos em função do grau de maturação da personalidade e da faixa etária de sua clientela potencial. Assim, a legislação vigente define objetivos distintos para os diferentes graus de ensino.

O ensino de 1º grau é obrigatório para todos dos sete aos 14 anos, sendo gratuito nos estabelecimentos públicos, e tem por objetivo a formação necessária ao desenvolvimento das potencialidades do educando como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

O ensino de 2º grau é igualmente gratuito nas escolas públicas, embora não obrigatório, e destina-se à formação integral do adolescente, englobando os elementos que compõem o objetivo do 1º grau e, ainda, a qualificação para o trabalho, por opção de cada estabelecimento de ensino.

O ensino superior tem por objetivo o desenvolvimento das ciências, letras e artes, a formação de profissionais de nível universitário, bem como a pesquisa, sendo igualmente gratuito nas escolas e universidades públicas.

1.2 — Organização e estrutura do sistema educacional

a) Níveis de ensino

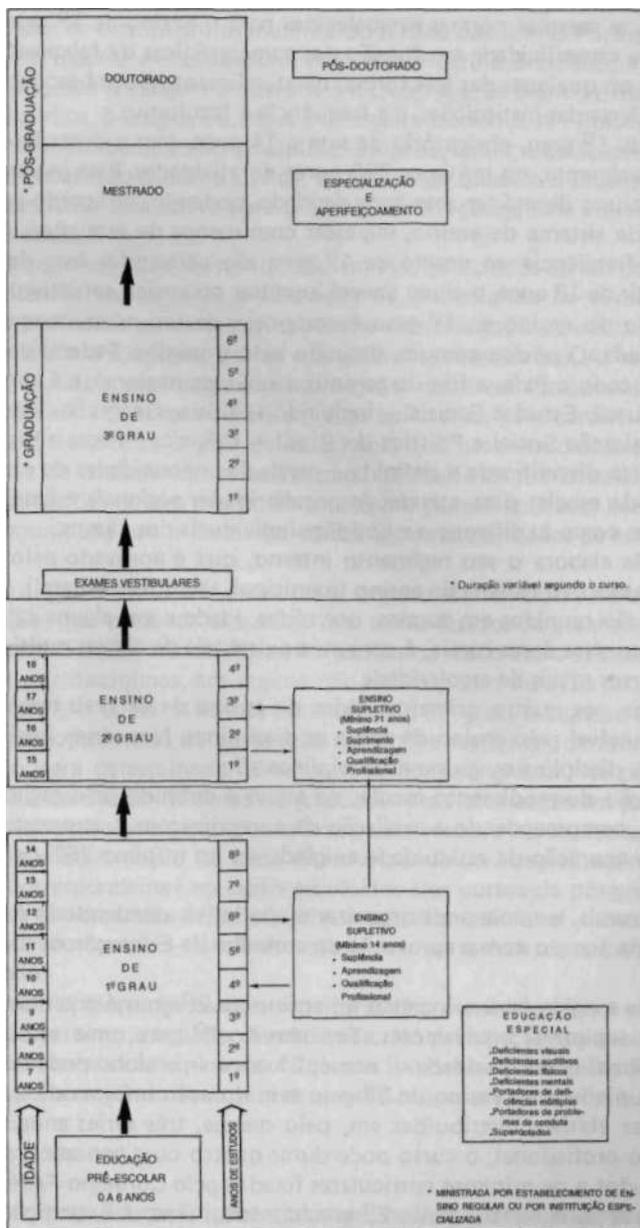
Conforme o diagrama apresentado a seguir, o sistema de ensino brasileiro encontra-se escalonado em três níveis: ensino de 1º grau, ensino de 2º grau e ensino superior, compreendendo este último dois patamares distintos: a graduação e a pós-graduação. A esta estrutura hierarquizada acrescenta-se a educação pré-escolar, destinada ao atendimento às crianças de idade inferior a sete anos.

Para o jovem e o adulto que não tenham seguido ou concluído, na idade própria, a escolarização regular, há, nos sistemas de ensino, a possibilidade de suprir tal atraso mediante cursos e exames supletivos. Tais dispositivos representam modalidade de ensino adequada ao tipo especial de aluno a que se destina. Assim, ao lado do ensino regular e em articulação com ele, o sistema educacional brasileiro compreende também outras formas de escolarização, nas linhas de suplência e suprimento de escolaridade e de educação permanente, designados, em seu conjunto, pela legislação em vigor, como ensino supletivo.

No Brasil, o ano letivo regular, independente do ano civil, compreende, no mínimo, 180 dias de trabalho escolar efetivo, excluído o tempo dedicado aos exames.

A educação pré-escolar visa apoiar o desenvolvimento da criança nos seus aspectos psicomotor, cognitivo, sócio-afetivo e lingüístico, bem como criar condições para a aquisição de conhecimentos e sua sistematização progressiva. Compreende uma programação pedagógica diversificada sob três formas de atendimento: em creches para crian-

I - ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL



ças de até dois anos, em escolas maternas destinadas às crianças de dois a três anos e em pré-escolas para a população de quatro a seis anos.

A organização e o funcionamento de instituições específicas para a educação pré-escolar seguem as mesmas normas estabelecidas para o ensino de 1º grau, guardando, no entanto, sua especificidade em função das características da faixa etária das crianças. O ingresso em qualquer das três formas de atendimento do pré-escolar depende das condições de oferta das instituições, e a frequência é facultativa.

O ensino de 1º grau, obrigatório de sete a 14 anos, tem a duração de oito séries perfazendo anualmente, no mínimo, 720 horas de atividades. Para ingressar no ensino de 1º grau, o aluno deverá ter sete anos de idade, podendo, de acordo com as normas internas de cada sistema de ensino, ingressar com menos de sete anos. Além disso, a matrícula e a frequência ao ensino de 1º grau são permitidas fora da faixa etária própria. A partir de 18 anos, o aluno deverá ingressar no ensino supletivo.

O currículo do ensino de 1º grau é composto de um núcleo comum e de uma parte diversificada. O núcleo comum, definido pelo Conselho Federal de Educação, é obrigatório em todo o País, a fim de garantir a unidade nacional, e é constituído por: Língua Portuguesa, Estudos Sociais — incluindo História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil — Ciências Físicas e Biológicas e Matemática. A parte diversificada é definida a partir das necessidades de cada sistema de ensino e de cada escola, para atender às peculiaridades regionais e locais, aos planos das escolas, bem como às diferenças e aptidões individuais dos alunos.

Cada escola elabora o seu regimento interno, que é aprovado pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino (municipal, estadual e federal).

Os alunos são reunidos em turmas, por séries, idade e em alguns casos por níveis de adiantamento. Nas áreas rurais, é comum a existência de classes multisseriadas com alunos em diversos níveis de escolaridade.

Geralmente, nas quatro primeiras séries do ensino de 1º grau tem-se apenas um professor responsável pelo ensino de todas as disciplinas. Nas séries finais, há um professor para cada disciplina ou grupo de disciplinas afins.

A verificação do rendimento escolar do aluno é definido pelo regimento interno de cada escola, compreendendo a avaliação da aprendizagem — expressa em notas ou menções — e a apuração da assiduidade exigindo-se, no mínimo 75% de frequência às aulas.

Nas áreas rurais, a escola pode organizar o ano letivo atendendo às épocas de plantio e colheita de acordo com a aprovação do conselho de Educação de cada sistema de ensino.

A condição exigida para o ingresso no ensino de 2º grau é o término do 1º grau ou de estudos supletivos equivalentes. Também no 2º grau, uma vez ultrapassada a faixa etária normal de escolaridade — isto é, 21 anos —, o aluno pode realizar estudos e/ou exames supletivos. O ensino de 2º grau tem duração mínima de 2.200 horas de trabalho escolar efetivo, distribuídas em, pelo menos, três séries anuais. Quando inclui habilitação profissional, o curso pode durar quatro ou cinco anos, segundo a natureza dos estudos e os mínimos curriculares fixados pelo Conselho Federal de Educação, para cada área. A conclusão do 2º grau constitui uma das condições necessárias para o ingresso no ensino superior. Por outro lado, são várias as ocupações do mercado

de trabalho que exigem, como pré-requisito, a conclusão do 2º grau ou a habilitação profissional nesse nível. A habilitação profissional pode dar-se como específica para uma ocupação ou como básica para um setor da economia. Organizadas sob a forma de disciplinas, assim se distribuem as matérias do núcleo comum: O Português, que engloba a Língua Portuguesa e a Literatura, com ênfase para a Brasileira; a Matemática; os Estudos Sociais, que abrangem a História e a Geografia; as Ciências, que se desdobram em Física, Química, Biologia, e Língua Estrangeira Moderna. A Filosofia, quando houver, será tratada, também, como disciplina. Exige-se, ainda, a Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programa de Saúde e o Ensino Religioso, sendo este de matrícula facultativa para o aluno, porém obrigatória a sua oferta nos estabelecimentos oficiais.

O ensino superior pode ser ministrado em escolas isoladas ou em universidades. As primeiras voltam-se basicamente à formação de profissionais de nível superior, para uma ou mais profissões ou carreiras, tais como Administração, Direito, Medicina, Economia, Matemática, Pedagogia, Letras e Engenharia, entre outras. As segundas caracterizam-se pelo cultivo mais integrado e abrangente das áreas fundamentais do conhecimento, considerado em si mesmo ou em suas aplicações; pelo caráter orgânico de sua estrutura institucional e pelo grau de autonomia que possuem diante dos mecanismos de supervisão e de controle externos. Além da formação de profissionais de nível superior, essas instituições devem promover a pesquisa pura e aplicada, bem como prestar serviços à comunidade sob a forma de cursos e outras atividades de extensão universitária.

O ensino superior no Brasil encontra-se organizado em dois níveis: a graduação e a pós-graduação, que pode ser entendida *lato sensu* (cursos de atualização, aperfeiçoamento ou especialização) ou *stricto sensu* (cursos de mestrado e de doutorado). A matrícula faz-se por disciplinas, em regime não-seriado, com duração mínima e máxima variável, conforme o curso. Além da conclusão do 2º grau, o ingresso no ensino superior, na graduação, depende de aprovação em exame vestibular, de caráter classificatório, específico para determinado curso onde se queira ingressar. Na pós-graduação, o ingresso exige a conclusão de curso de graduação e a classificação em processo seletivo estipulado pelo estabelecimento que oferece determinado curso. No ensino superior, a permanência e diplomação de cada aluno depende da integralização dos requisitos curriculares, correspondentes ao curso escolhido. Nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, exige-se a elaboração de defesa de um trabalho individual — dissertação de mestrado e tese de doutorado — devendo esta última apresentar contribuição original ao tema focalizado.

Os currículos plenos das escolas superiores têm como elementos estruturais básicos o currículo mínimo e a parte diversificada. No primeiro agrupam-se as disciplinas e práticas decorrentes dos mínimos curriculares fixados pelo Conselho Federal de Educação, enquanto no segundo se situam as que são propostas pela própria escola.

b) Programas de ensino

O Ministério da Educação não estabelece, no âmbito nacional, programas de ensino, diferentemente do que ocorre num grande número de países, mas define em lei

ou em outras formas legais os princípios para a organização desses programas.

Para o ensino de 1º e 2º graus, o Conselho Federal de Educação estabelece as matérias obrigatórias do núcleo comum nacional, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

Os conselhos de Educação das unidades federadas relacionam, no âmbito de sua jurisdição, as matérias que podem constar da parte diversificada dos currículos das escolas.

No ensino superior, o Conselho Federal de Educação define os currículos mínimos de cada curso, mas não os programas.

Vê-se assim que, no Brasil, por força das leis vigentes, os conteúdos de ensino ou programas não são fixados em lei, mas são elaborados pelos diversos sistemas de ensino ou mesmo pelas escolas.

c) Formação de professores e especialistas em educação

A formação de professores e especialistas em educação compreende diferentes modalidades que se realizam em parte no 2º grau e em parte no nível superior:

- formação em escolas de 2º grau, escolas normais, em cursos de três ou quatro anos, destinados à habilitação de professores para as quatro primeiras séries do ensino de 1º grau;
- formação, em escolas superiores, em cursos de graduação, de professores e especialistas para o 1º grau, o 2º grau, a educação pré-escolar e a educação especial, entre outras modalidades;
- formação em escolas superiores, em cursos de pós-graduação *lato sensu*, visando à habilitação para lecionar em cursos de graduação;
- formação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), voltado para o desenvolvimento de pesquisadores e de professores, nas diferentes áreas do conhecimento dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação.

Ao lado dos cursos destinados à formação inicial, existem programas — geralmente realizados durante as férias escolares — voltados para a atualização de professores e especialistas que se encontram no desempenho de suas funções. Também se oferece, freqüentemente, oportunidade de habilitação profissional àqueles professores que não possuem os requisitos mínimos exigidos para o trabalho docente, no nível de ensino em que atuam.

1.3. — Administração do ensino

Quanto à administração e ao estabelecimento de normas do sistema educacional brasileiro, encontram-se três instâncias de poderes públicos: a União, as unidades da Federação e os municípios, que partilham o direito de iniciativa em matéria de educação. Respeitadas as disposições legais, o concurso da iniciativa privada é livre em todos os graus de ensino.

A responsabilidade pelo ensino público é atribuída, prioritariamente, em nível do ensino de 1º grau, às unidades da Federação e aos municípios; em nível do 2.º grau,

igualmente às unidades da Federação; e em nível superior, à União. Desta forma, muitos governos estaduais, além de manterem as escolas de 1º e 2º graus, mantêm também universidades. O mesmo ocorre com o poder federal que, além das universidades federais mantidas pela União, se faz presente nos estados, com pequeno número de escolas de 1º grau e com escolas técnicas de 2º grau.

Aspecto importante a considerar, no âmbito de cada sistema, é a dinâmica de seu funcionamento. As atividades e unidades de ensino encontram-se reguladas e coordenadas por um órgão normativo e geridas por um órgão executivo central.

No plano federal, as decisões políticas são tomadas pelo Ministério da Educação, o qual, na esfera normativa, é assessorado por um Conselho Federal de Educação, cujos integrantes são nomeados pelo Presidente da República para mandato de seis anos, podendo ser renovável uma vez.

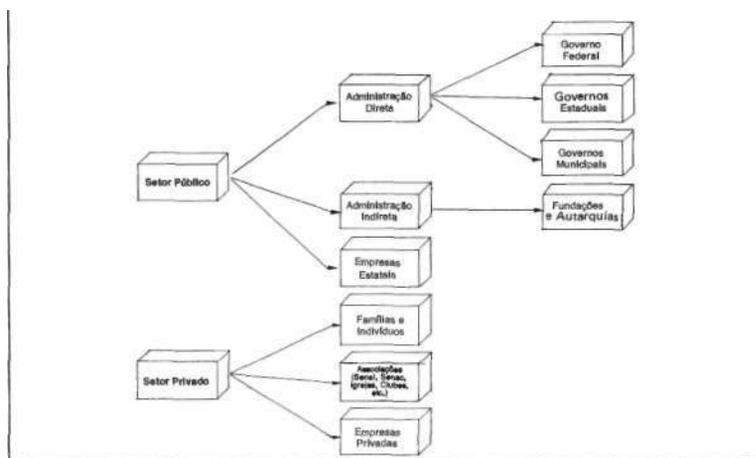
Nos sistemas dos estados e do Distrito Federal, bem como naqueles dos territórios, a estrutura é análoga, sendo a administração exercida por uma secretaria de estado, comumente denominada secretaria de Educação, enquanto as funções normativas cabem a um conselho de Educação, qualificado, conforme o caso, de estadual, territorial ou do Distrito Federal.

Na esfera municipal, registra-se uma crescente tendência à organização de sistemas municipais de ensino.

1.4. — Financiamento da educação

a) Fontes

A educação brasileira, em seus diferentes graus e modalidades, é financiada com recursos provenientes do setor público; através da administração direta e indireta e empresas estatais, dos governos federal, estadual e municipal, e pelo setor privado, através das famílias, das associações e de outras entidades do setor, conforme ilustra o diagrama abaixo:



As principais fontes públicas de recursos para a educação brasileira são provenientes das seguintes esferas governamentais:

UNIÃO

- Recursos orçamentários, ordinários, oriundos da receita de impostos federais. A União, de acordo com o § 4º do art. 176 da Constituição Federal de 1967, deve aplicar, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, nunca menos de 13% do total de recursos provenientes de impostos arrecadados em cada exercício.
- Recursos vinculados, provenientes do Fundo de Investimento Social — Finsocial -, que provém da arrecadação de 0,5% sobre a receita bruta das empresas, instituições financeiras e sociedades seguradoras ou equivalente a 5% do Imposto de Renda devido para as empresas prestadoras de serviço. Estes recursos são destinados basicamente aos Programas de Assistência ao Educando.
- Recursos orçamentários vinculados, provenientes do Salário-Educação, que corresponde à alíquota de 2,5% da folha de salários-contribuição devido pelas empresas comerciais e industriais, e de 0,8% sobre o valor comercial dos produtos rurais em se tratando de empresa agrícola, produtor ou empregador rural. Tais recursos devem ser gastos apenas com o ensino de 1º grau, cabendo à União administrar 1/3 do total arrecadado.
- Outros recursos originados em diversas fontes, destacando-se o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e o Fundo de Investimento Social (Finsocial).

ESTADOS

- Recursos orçamentários ordinários, provenientes da receita tributária estadual. De acordo com o § 4º do art. 176 da Constituição Federal de 1967, nunca menos de 25% da arrecadação dos impostos estaduais devem ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- Fundo de Participação dos Estados (FPE), resultante da transferência de recursos federais. Desse total, 25% devem ser aplicados em educação e cultura.
- Recursos provenientes da quota-parte do Salário-Educação, correspondente a 2/3 do total arrecadado no estado, devendo os recursos ser aplicados no ensino de 1º grau.
- Outros recursos originados em diversas fontes, destacando-se aqueles provenientes do Finsocial e os da cota do Salário-Educação sob a responsabilidade administrativa do Ministério da Educação, transferidas aos estados.

MUNICÍPIOS

- Recursos orçamentários ordinários, provenientes da receita tributária municipal. De acordo com o § 4º do art. 176 da Constituição Federal de 1967, 25%, no município, desses recursos devem ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

- Fundo de Participação dos Municípios (FPM), resultante da transferência de recursos federais, sendo que 20% do montante transferido devem ser aplicados no ensino de 1º grau.
- Outros recursos originados em diversas fontes, destacando-se aqueles provenientes da cota do Salário-Educação sob a responsabilidade do Ministério da Educação, e das secretarias estaduais de Educação, transferidos aos municípios.

FONTES PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO PARA EDUCAÇÃO



b) Recursos aplicados em educação

Os dados mais recentes sobre os recursos aplicados na educação referem-se ao ano de 1985. A partir desse ano, os dados consolidados existentes, principalmente os referentes a estados, Distrito Federal e municípios, são provenientes de estimativas.

Assim sendo, conforme demonstra a tabela abaixo, os valores estimados para as despesas em educação e cultura no período 1985-1988, considerando-se a Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), ou seja, moeda escriturai utilizada pelo Governo para fins de financiamento a longo prazo, indicam um crescimento real dos recursos aplicados da ordem de 2%.

A participação de cada nível de governo no total de despesas com educação, no mesmo período, mantém-se basicamente constante, destacando-se maior participação dos estados e Distrito Federal, atingindo-se, aproximadamente, 51% das despesas, seguindo-se a União com 39% e os municípios com 10%.

BRASIL - DESPESA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA - 1985-88
(em OTN 1.000,00)

Despesa	1985 (*)		1986 *I		1987 *I		1988(*I)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. União	374.176	38,3	350.914	37,9	371.013	38,7	390.218	39,3
1.1 MEC	303.652	31,1	268.294	28,9	277.317	28,9	285.527	28,8
1.2 Outros Órgãos	70.524	7,0	82.620	8,9	93.696	9,8	104.691	10,5
2. Estados e DF	501.289	51,8	474.730	51,3	488.419	50,7	500.822	50,5
3. Municípios	101.255	10,1	101.409	10,9	101.543	10,6	101.662	10,2
Total	976.720	100,0	927.053	100,0	960.975	100,0	992.702	100,0

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC

Quanto à distribuição dos recursos por programas, pode-se observar pelas tabelas seguintes que:

No âmbito da União, é crescente a aplicação dos recursos no ensino de 1º grau, passando de 38,6% do total de recursos aplicados em 1984 para 54,4%, em 1986. Enquanto isso, decresce a aplicação de recursos no ensino superior que, em 1984, atingia 43,8% dos recursos, passando para 30,9% em 1986.

No que diz respeito ao ensino de 2º grau, o percentual de recursos aplicados mantém-se em torno de 6,7%, significativamente inferior aos demais níveis de ensino;

No âmbito das unidades da Federação, vem sendo mantida a predominância da aplicação dos recursos no ensino de 1º grau ficando em torno de 60%, com um pequeno decréscimo de 1984 para 1986. Em relação aos demais programas, pequeno crescimento pôde ser observado na participação do ensino de 2º grau e no ensino superior.

No âmbito dos municípios, os dados existentes referem-se ao ano de 1984, constantes do *Relatório nacional do Brasil*, 40ª Sessão, Genebra 1986.

**BRASIL - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA DA UNIÃO NA
FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA, POR PROGRAMAS FUNCIONAIS
1984-86**

Programas Funcionais	1984	1985	1986
Ensino de 1º Grau	38,6	43,9	54,4
Ensino de 2º Grau	6,5	6,9	6,7
Ensino Superior	43,8	38,7	30,9
Ensino Supletivo	0,5	0,2	0,1
Educação Física e Desportos	0,3	0,2	0,1
Assistência ao Educando	0,1	0,2	0,2
Cultura	1,6	2,0	1,8
Educação Especial	0,2	0,2	0,2
Outros(*)	8,4	7,7	5,6
Total	100,0	100,0	100,00

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC

**BRASIL - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA DAS UNIDADES
DA FEDERAÇÃO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA, POR PROGRAMAS
FUNCIONAIS - 1984-86**

Programas Funcionais	1984	1985	1986
Ensino de 1º Grau	63,7	58,3	60,0
Ensino de 2º Grau	8,1	10,2	8,9
Ensino Superior	9,9	9,7	10,5
Ensino Supletivo	0,6	0,8	0,7
Educação Física e Desportos	0,7	0,9	1,0
Assistência ao Educando	1,4	1,5	1,3
Cultura	2,0	2,4	1,9
Educação Especial	0,2	0,2	0,2
Outros (*)	13,4	16,0	15,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC

II-TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO, NO PERÍODO DE 1986 a 1988

II.1. — Atuais Orientações da política educacional

As diretrizes e estratégias da política educacional vigente reafirmam as orientações expressas no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República — I PND/NR e no correspondente Plano de Metas 1986-1988, no sentido de assegurar educação para todos, em nível de ensino de 1º grau, e de superar as deficiências, quantitativas e qualitativas, que permeiam todos os níveis de ensino, do pré-escolar à universidade.

Os objetivos gerais propostos para os diversos níveis e modalidades de ensino são os seguintes:

a) Educação básica

- Universalizar o acesso e a permanência das crianças de sete a 14 anos na escola de 1º grau, com condições mais adequadas para o processo de ensino-aprendizagem.
- Expandir a educação pré-escolar, principalmente nas áreas mais carentes, melhorando as condições de ingresso no ensino de 1º grau.

b) Ensino de 2º grau

- Expandir e melhorar os padrões de ensino de 2º grau, revitalizar o ensino das escolas normais e ajustar a oferta de educação técnica às demandas objetivas do processo de desenvolvimento.

c) Ensino superior

- Consolidar as instituições de ensino superior como centro de produção e disseminação de conhecimento, balizados pela qualidade acadêmica e pelo compromisso com a redução da dependência científica e tecnológica do País.
- Ampliar a oferta e melhorar o desempenho dos cursos de pós-graduação, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do País.

d) Educação de jovens e adultos

- Reduzir o contingente de analfabetos e proporcionar novas e diversificadas oportunidades educativas para adolescentes e adultos que buscam superar suas carências de escolaridade.

No marco desses objetivos, o Ministério da Educação estabeleceu as *Diretrizes para a ação programada: educação e desporto - 1987/1991*, detalhando as políticas do Governo em objetivos programáticos e linhas de ação para orientar tanto os estados, territórios e municípios quanto os próprios órgãos do Ministério ou a ele vinculados, na elaboração dos planos e programas específicos.

Tais linhas de ação são as seguintes:

a) Educação básica

- Expansão da oferta de vagas no ensino de primeiro grau de forma a garantir, até 1991, para todas as crianças de sete a 14 anos, frequência à escola, com, no mínimo, quatro horas diárias de aula, independente de estar no meio urbano ou rural.
- Expansão da educação pré-escolar, em ação conjunta da esfera federal com os estados e municípios, a fim de criar novos espaços escolares para atendimento às crianças de quatro a seis anos.
- Distribuição de livros e de módulos de material escolar ao aluno, ao professor e à escola de 1º grau, de forma progressiva, a partir das regiões de maior carência.
- Revisão de conteúdos curriculares.
- Estruturação da carreira do magistério, em nível municipal.
- Oferta de alimentação escolar aos pré-escolares e alunos de 1.º grau, buscando-se a universalização da compra e da distribuição de gêneros alimentícios.
- Distribuição de bolsas de estudo aos alunos carentes.
- Desenvolvimento de programas educativos com a utilização de multimeios, em consonância com a tecnologia da informação.
- Aperfeiçoamento do processo técnico-administrativo e de planejamento educacional.

b) Ensino de 2º grau

- Expansão do atendimento e melhoria qualitativa, através da ampliação das redes de ensino médio regular, do aumento da oferta de educação técnica e de

cursos das escolas normais destinadas à formação de professoras para o magistério do pré-escolar à 4ª série do 1º grau.

- Reestruturação dos cursos noturnos, dada a especificidade da clientela, com garantia do padrão de qualidade.
- Ampliação da rede física em localidades interioranas e garantia de novas alternativas de formação nos setores industrial e agrícola, ao egresso de 1º grau, evitando os estrangulamentos no acesso ao ensino superior.
- Utilização da informática no ensino de 2º grau, como instrumento a serviço da aquisição do conhecimento mediante implantação de centros de informática educacional.
- Formação competente de professores para o ensino de 1º grau e, principalmente, para as quatro séries iniciais.
- Criação de condições para funcionamento dos cursos noturnos, a fim de requalificá-los.
- Habilitação de leigos e desenvolvimento de educação continuada a professores já titulados, que atuam no ensino de 1.º grau.

c) Ensino superior

- Consolidação das universidades federais, recuperando a infra-estrutura física dos *campi* universitários, atualizando e reequipando laboratórios, bibliotecas e hospitais universitários, revisando e adequando currículos e programas.
- Fortalecimento da pesquisa, como base do desenvolvimento científico e de redução da dependência tecnológica, e melhoria dos padrões de ensino, assegurando a qualificação de recursos humanos pela concessão de bolsas no País e no exterior para cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.
- Expansão ordenada do ensino em face da crescente demanda e da necessidade de melhoria das condições infra-estruturais para a manutenção de níveis mínimos de qualidade do ensino e de desempenho da função social das instituições.
- Correção de defasagens acumuladas na relação entre o orçamento de pessoal e o de custeio das universidades federais.
- Abertura de novos programas de apoio à incorporação de métodos avaliativos em instituições de ensino e em outros organismos, cujos objetivos ou finalidades tenham a ver com a qualidade do ensino ou exercício profissional.
- Integração da pesquisa científica e tecnológica aos diversos setores da sociedade e às áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social.
- Compromisso da educação superior com o aprimoramento dos padrões de desempenho e dos níveis de qualidade do ensino de 1º e 2º graus.
- Apoio a programas de pós-graduação e à participação da comunidade científica, tanto na definição de políticas como na coordenação, planejamento e execução de ações relativas à área.

d) Educação de jovens e adultos

- Oferecimento de oportunidades educativas a jovens e adultos, com vistas à sua integração na vida econômica e à participação ativa nas discussões dos grandes

temas nacionais e nos debates com alternativas de solução para os problemas das comunidades locais, procurando reduzir a taxa bruta de analfabetismo.

- Implementação de ações diversificadas que objetivem o resgate da cidadania e do direito/dever do aluno trabalhador e a socialização dos conhecimentos produzidos em âmbito nacional e internacional.
- Desenvolvimento, pelas escolas normais e universidades, de alternativas de formação do magistério e de qualificação de professores leigos, bem como a preparação de equipes técnicas e administrativas para combate do analfabetismo.
- Vinculação dos programas de alfabetização a serem desenvolvidos, essencialmente, ao trabalho produtivo.

e) Ensino especial

Expansão do atendimento educativo aos portadores de necessidades especiais, incluindo a preparação de recursos humanos especializados nesse atendimento, principalmente em nível de pré-escola e ensino profissionalizante.

11.2. - Legislação relativa à educação (1986-1988)

O período foi marcado pelos debates no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, que definirá novos rumos para a educação brasileira, não ocorrendo, por isso mesmo, modificação na legislação básica referente ao setor.

Julga-se, entretanto, oportuno registrar neste item alguns atos administrativos, em nível do Ministério da Educação, que, por sua relevância, influenciaram a dinâmica operacional em direção ao alcance de determinados objetivos.

- Instituição do Programa de Módulos Didáticos, destinados às escolas municipais de 1º grau, tendo como objetivo oferecer materiais didáticos aos alunos (janeiro de 1986).
- Criação do Programa Nacional de Transporte Escolar, destinado a promover o financiamento de veículos para transporte escolar (fevereiro de 1986).
- Criação de um programa de estágio para estudantes com objetivos de proporcionar experiências que considerem a confluência da teoria com a prática, auxiliando na operacionalização dos conceitos e métodos no campo profissional do estudante (fevereiro de 1986).
- Criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias para implementação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (abril de 1986).
- Criação do Grupo de Trabalho para a implementação de um sistema nacional de educação básica via satélite (junho de 1986).
- Definição, por decreto, da atuação da administração federal no que concerne às pessoas portadoras de deficiências e instituição da Coordenadoria para integração da pessoa portadora de deficiências (outubro de 1986).
- Aprovação, por decreto, do III Plano Nacional de Pós-Graduação (dezembro de 1986).
- Estabelecimento do Programa de Bolsas de Estudo destinadas exclusivamente a menores carentes (janeiro de 1986).

- Criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (fevereiro de 1987).
- Criação do Comitê Assessor de Informática e Educação (abril de 1987).
- Instituição da Comissão Técnica de Saúde Escolar com o objetivo de formular uma política de saúde do escolar (maio de 1987).
- Instituição de grupo de trabalho interministerial para integrar as ações de reabilitação de educação especial (outubro de 1987).
- Instituição das Comissões de Avaliação da Política de Pesquisa Educacional e de Avaliação da Política de Divulgação e Informação Educacional (outubro de 1987).
- Criação, por decreto, do Programa Nacional de Material Escolar (março de 1988).
- Instituição de comissão paritária dos três níveis administrativos do Governo Federal, estadual e municipal para propor as diretrizes fundamentais de uma política nacional de educação de adultos no País (março de 1988).
- Promulgação, por decreto, do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (abril de 1988).
- Fixação de normas para o Concurso Vestibular, por decreto, e expedição de normas complementares a respeito da matéria (agosto de 1988).

11.3 — Evolução do sistema educacional

a) Análise quantitativa do sistema educacional brasileiro

As estatísticas mais recentes do Sistema Educacional Brasileiro referem-se ao ano de 1985, para a educação regular de 1º e 2º graus, e ao ano de 1987, para o ensino superior.

A. ENSINO REGULAR DE 1º GRAU

a) Demanda

"O ensino de 1º grau no Brasil, segundo a Lei nº 5.692/71, é obrigatório dos sete aos 14 anos." Conforme os dados oficiais da PNAD, existiam no Brasil **24.251.162** crianças na faixa etária de sete a 14 anos no ano de 1985, e a taxa de escolarização era de 81,5%. Aproximadamente quatro milhões de crianças na faixa etária de sete a **14** anos estavam fora da escola.

b) Matrícula

O número de alunos matriculados no ano de 1985 era de 22.598.254 alunos, conforme demonstra a tabela a seguir. Por estes dados, verifica-se que 88% dos alunos es-

tavam matriculados em estabelecimentos públicos. A maior concentração encontra-se na rede estadual, que absorvia 57% do total de matrículas.

TABELA N.º 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA 1980,1985,1988

Dependência Administrativa	Matricula		
	1980	1985	1988(*)
Federal	169.338	116.848	134.106
Estadual	11.928.315	14.178.371	15.341.668
Municipal	7.602.527	7.480.433	8.099.982
Particular	2.898.074	2.989.266	3.245.357
Não Informada	-	4.441	-
Total	22.598.254	24.769.359	26.821.134

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

(*) Estimativas.

Do total de alunos matriculados no ensino regular de 1.º grau, 22,5%, isto é, 5.595.588 encontravam-se matriculados em escolas de zonas rurais.

Levando-se em conta a taxa de crescimento geométrico no período 1980-85, que foi de 1,85%, pode-se estimar para o ano de 1988 uma matrícula de 26.821.134 alunos.

c) Funções docentes

O número de funções docentes no Brasil para o ensino regular de 1º grau era, em 1985, de 1.040.553. Na tabela nº 2, são apresentadas as funções docentes, levando-se em conta as regiões e o grau de formação dos professores. Pelos dados da tabela, verifica-se que 14,4% dos docentes do ensino regular de 1º grau não possuem a habilitação mínima para lecionar. As Regiões Norte e Nordeste, respectivamente, são as mais deficientes em relação à formação de seus docentes, ou seja, 34% e 30% deles não possuem o 2º grau completo.

TABELA Nº 2 - NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES POR GRAU DE FORMAÇÃO, SEGUNDO A REGIÃO - 1985

Região	Funções Docentes						
	Total	Grau de Formação					
		1º Grau		2º - Grau		3º Grau	
	Incompleto	Completo	Magist. Compl.	Outro Compl.	Com Licenc.	Sem Licenc.	
Brasil	1.040.553	86.707	62.954	418.576	50.939	373.797	47.462
Norte	54.019	9.405	9.117	23.689	2.485	8.269	1.054
Nordeste	290.833	58.074	29.141	132.425	15.088	48.789	7.316
Sudeste	443.303	8.356	5.276	165.331	12.281	217.936	34.005
Sul	181.871	4.717	13.017	67.047	15.958	78.526	2.606
Centro-Oeste	70.527	6.155	6.403	30.084	5.127	20.277	2.481

Fonte: MEC/SG/Seplan/Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Nota: Computado no Sudeste 118 docentes com grau de formação não informado.

d) Número de estabelecimentos

Os dados oficiais sobre o número de estabelecimentos no ensino regular de 1º grau aparecem na Tabela nº 3.

TABELA Nº 3 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1985

Dependência Administrativa	Estabelecimentos	%
Federal	630	0,3
Estadual	53.775	28,7
Municipal	122.480	65,4
Particular	10.370	5,6
Não informada	18	0,0
Total	187.273	100,0

Fonte: MEC/SG/Seplan/Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Dos 187.273 estabelecimentos que ministravam ensino de 1º grau em 1985, 94,4% se encontravam na rede pública, sendo que 69,2% destes estavam sob responsabilidade da rede municipal.

No que se refere à localização destes estabelecimentos, 77,1% estavam na zona rural e eram, em sua maioria, estabelecimentos de pequeno porte, geralmente com uma única sala de aula, e atendiam apenas 23% do total de matrículas.

e) Indicadores educacionais

- Taxas de repetência:

A taxa de repetência fornece o percentual de alunos que permanecem mais de um ano letivo numa determinada série, em relação à matrícula inicial da mesma série.

As taxas de repetência são mais altas na 1ª e 5ª séries, como pode ser observado na Tabela nº 4.

**TABELA Nº 4 - ENSINO REGULAR DE 1º GRAU
TAXAS DE REPETÊNCIA POR SÉRIE - 1985**

Região	Taxas de repetência por série							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Brasil	24,48	19,29	15,75	12,86	23,25	19,72	19,40	14,73
Norte	24,03	20,23	17,38	13,11	22,06	17,69	21,04	19,24
Nordeste	25,52	20,17	17,08	14,48	20,58	17,52	22,31	18,57
Sudeste	28,21	15,22	12,35	12,24	19,73	17,47	14,10	10,36
Centro-Oeste	22,83	17,39	14,35	11,68	23,29	18,51	20,28	17,98

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

- Taxas de evasão imediata por séries:

A taxa de evasão imediata fornece a porcentagem de alunos que abandonaram uma determinada série durante o ano, em relação à matrícula total da mesma série.

Os dados da Tabela nº 5, embora sendo do ano de 1984, são bastante representativos, pois as taxas de evasão apresentam poucas variações, no ensino regular de 1º grau. Assim como as taxas de repetência, também são mais altas na 1ª e na 5ª séries.

TABELA Nº 5 - TAXA DE EVASÃO IMEDIATA POR SÉRIE - 1984

Região	Taxas de evasão imediata por série							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Brasil	14,01	9,57	8,96	8,45	17,52	14,68	13,85	1,26
Norte	17,86	13,75	12,89	12,38	19,44	15,75	16,13	15,80
Nordeste	15,43	12,50	11,54	10,69	17,96	15,26	14,66	12,06
Sudeste	10,42	6,92	6,75	6,40	16,36	13,47	12,57	9,37
Sul	12,57	7,29	7,45	7,98	17,07	14,97	14,10	12,50
Centro-Oeste	20,11	13,38	12,59	11,63	22,69	19,36	17,58	15,11

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

- Taxas de distorção série/idade

A taxa de distorção série/idade fornece a porcentagem de alunos matriculados com idade não apropriada à série em relação à matrícula inicial da mesma série.

No ensino regular de 1º grau, no Brasil, existem séries onde mais de 90% dos alunos estão fora da idade apropriada. A tabela abaixo apresenta as taxas de distorção série/idade em 1985.

TABELA Nº 6 - TAXA DE DISTORÇÃO SÉRIE/IDADE POR SÉRIE - 1985

Região	Taxas de distorção série/idade por série - 1985							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
1								
Brasil	68,66	73,56	75,45	75,41	80,43	79,45	79,02	77,40
Norte	77,07	85,69	86,00	87,25	89,48	83,85	88,39	88,31
Nordeste	79,22	85,56	86,78	86,78	88,98	88,35	88,14	87,48
Sudeste	53,97	64,81	68,30	68,51	76,24	75,60	74,76	72,39
Sul	61,35	66,97	69,17	70,40	75,36	74,41	73,48	72,39
Centro-Oeste	70,75	76,99	78,81	79,52	84,84	84,00	83,88	82,13

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

- Relação aluno/docente:

A relação aluno/docente está dentro dos parâmetros existentes em outras nações e compatíveis com os critérios aceitos pela Pedagogia.

A tabela abaixo fornece o número médio de alunos por professor, no ensino regular de 1º grau em 1985.

TABELA Nº 7 - RELAÇÃO ALUNO/DOCENTE - 1985

Região	Relação Aluno/docente por dependência administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	23,21	23,94	24,65	21,42
Norte	26,41	31,16	31,46	31,89
Nordeste	25,13	27,16	25,60	21,51
Sudeste	13,41	22,76	24,32	20,47
Sul	17,94	20,09	19,77	21,09
Centro-Oeste	19,47	28,69	26,43	23,04

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

Apresentamos, a seguir, uma tabela-resumo com alguns indicadores educacionais, segundo as unidades da Federação, que fornece uma visão mais detalhada que a apresentada nas páginas anteriores em nível de Brasil.

TABELA-RESUMO - ENSINO REGULAR DE 1º GRAU INDICADORES EDUCACIONAIS SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO 1984/85

UF	Matrícula inicial		Taxa de evasão imediata total 1984	Taxa de repetência total 1985	Taxa de distorção série-idade total 1985	Alunos concluintes 1984	Número de funções docentes 1985
	1985	%					
Brasil	20.187.819	100	12,40	19,78	74,44	865.131	1.040.553
RO	140.070	0,69	16,94	35,12	81,00	2.836	5.137
AC	56.518	0,28	24,82	23,55	83,43	1.531	2.969
AM	295.990	1,47	17,35	18,80	83,36	10.285	13.697
RR	22.092	0,11	16,54	25,92	76,63	651	1.283
PA	769.391	3,81	14,55	18,27	84,06	17.692	29.349
AP	43.969	0,22	11,35	24,85	70,56	2.009	1.584
MA	616.820	3,10	11,80	12,96	84,91	20.523	30.760
PI	441.616	2,19	14,04	28,61	85,36	8.573	23.162
CE	593.348	2,94	13,47	19,71	86,75	26.058	39.738
RN	347.124	1,72	17,43	29,94	81,68	15.201	18.733
PB	425.915	2,11	16,11	20,67	86,07	16.640	26.360
PE	1.073.638	5,32	15,21	21,06	80,70	43.536	49.006
AL	347.408	1,72	13,75	22,33	82,99	11.773	16.683
SE	219.819	1,09	19,66	31,30	86,06	7.010	10.241
BA	1.636.540	8,11	13,51	19,38	84,77	51.708	76.150
MG	2.308.746	11,44	12,89	26,28	67,44	100.937	130.695
ES	377.099	1,85	13,03	18,67	68,95	14.995	18.522
RJ	1.642.791	8,12	7,08	23,52	73,46	82.524	90.131
SP	4.204.648	20,80	9,29	14,42	64,49	220.917	203.955
PR	1.310.905	6,49	14,31	18,86	71,33	52.729	64.027
SC	623.992	3,09	8,67	8,29	62,83	34.824	30.662
RS	1.171.134	5,80	9,04	21,04	69,32	60.252	87.182
MS	257.118	1,27	17,83	21,47	76,37	10.670	12.073
MT	267.622	1,33	20,06	21,32	79,25	8.680	14.084
GO	771.125	3,82	19,34	17,40	82,30	27.516	33.690
DF	222.381	1,11	3,42	18,56	60,78	15.061	10.680

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

B. ENSINO REGULAR DE 2º GRAU

a) Demanda

O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente (Lei nº 5.692, Art. 21), e para cursá-lo exige-se a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes. Como o ensino de 1º grau tem a obrigatoriedade dos sete aos 14 anos, considera-se a faixa etária adequada ao 2º grau de 15 a 19 anos.

Levando-se em conta a população na faixa etária de 15-19, que era de 13.869.631 pessoas, segundo a PNAD de 1985, e a matrícula inicial no ensino de 2º grau na mesma faixa etária (2.086.823 alunos), teríamos uma taxa de escolarização de 15%. Isto é, 85% estariam sem cursar o ensino regular de 2º grau na faixa etária dos 15-19 anos.

Na realidade, a demanda potencial real para o ensino regular de 2º grau seriam todas aquelas pessoas entre 15 e 19 anos que de fato tivessem terminado o ensino de 1º grau. Neste sentido, poder-se-ia estimar para o ensino regular de 2º grau uma

taxa de escolarização da ordem de 87%, significando que a maioria dos jovens de 15 a 19 anos que terminam o 1º grau continuam no 2º grau.

b) Matrícula

O número de matrículas em 1985 foi de 3.016.138, das quais 66,7% se referem à rede pública, conforme mostra a Tabela nº 8.

TABELA Nº 8 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1980, 1985, 1988.

Dependência Administrativa	Matrícula		
	1980	1985	1988(*)
Total	2.819.812	3.016,138	3.339.930
Federal	86.125	99.422	110.681
Estadual	1.324.682	1.780.155	1.965.254
Municipal	97.454	132.333	148.539
Particular	1.310.921	1.004.228	1.115.456

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

(*) Estimativa.

Do total de alunos, apenas 1,16% se encontra matriculado em escolas de zona rural.

Levando-se em conta a evolução da matrícula inicial no ensino regular de 2º grau nos últimos 5 anos, pode-se estimar para 1988 uma matrícula inicial de 3.339.930 alunos.

A taxa média geométrica de crescimento no período de 1980-85 no ensino regular de 2º grau foi de 1,35%, inferior à taxa de crescimento do 1º grau.

c) Funções docentes

O número de funções docentes no ensino regular de 2º grau em 1985 era de 206.111. Na Tabela nº 9 são especificadas as funções docentes levando-se em conta as regiões e o grau de formação dos docentes.

TABELA N° 9 - NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES POR GRAU DE FORMAÇÃO, SEGUNDO A REGIÃO - 1985

Região	Funções docentes						
	Total	Grau de formação					
		1º grau		2º grau		3º Grau	
		Incompleto	Completo	Magist. Completo	Outro Completo	Com Licenc.	Sem Licenc.
Brasil	206.111	133	486	16.019	14.508	151.858	23.085
Norte	6.702	-	27	522	535	4.566	1.052
Nordeste	45.930	51	168	8.636	5.325	25.462	6.288
Sudeste	103.010	66	210	3.901	3.732	85X	10.014
Sul	37.137	10	43	1.153	3.100	28.807	4.024
Centro-Oeste	13.332	6	38	1.807	1.816	7.958	1.707

Fonte: MEC/SG/Seplan/Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Nota: Foram computados 22 docentes da Região Sudeste com grau de formação não informado.

d) Estabelecimentos

O número de estabelecimentos para o ensino regular de 2º grau é de 9.260, conforme aparece na Tabela n° 10.

TABELA N.º 10 - ENSINO REGULAR DE 2º GRAU - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS - 1985

Região	1980	1985	1988(*)
Brasil	7.443	9.260	10.174
Norte	174	306	358
Nordeste	1.714	2.258	2.556
Sudeste	3.541	4.308	4.699
Sul	1.522	1.590	1.655
Centro-Oeste	492	798	906

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

(*) Estimativas.

e) Indicadores educacionais

- Taxas de repetência

A taxa de repetência na 1ª série fornece o percentual de alunos que permanecem mais de um ano letivo nessa série, em relação à matrícula inicial total da mesma série.

TABELA Nº 11 - REPETÊNCIA NA 1º SÉRIE, SEGUNDO A REGIÃO - 1985

Região	Nº de repetentes	Taxa de repetência
Brasil	207.917	15,73
Norte	9.271	15,55
Nordeste	40.690	13,79
Sudeste	92.464	14,14
Sul	52.550	23,86
Centro-Oeste	12.942	13,90

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

- Taxa de evasão imediata por série

A taxa de evasão imediata fornece a porcentagem de alunos que abandonaram uma determinada série durante o ano, em relação à matrícula total da mesma série.

Assim como no ensino de 19 grau, as taxas no ensino regular de 2º grau são muito altas, principalmente na 1º série.

TABELA Nº 12 - TAXA DE EVASÃO IMEDIATA POR SÉRIE - 1984

Região	Taxa de evasão por série (%)			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Brasil	25,41	18,22	8,32	10,39
Norte	28,16	23,06	11,61	21,26
Nordeste	22,12	18,10	8,46	14,27
Sudeste	24,87	17,34	7,57	9,09
Sul	28,93	19,08	8,90	13,77
Centro-Oeste	28,72	19,78	10,15	23,87

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

- Taxa de distorção série-idade

A taxa de distorção série-idade fornece a porcentagem de alunos matriculados com idade não-apropriada à série, em relação à matrícula inicial.

TABELA N° 13 - TAXA DE DISTORÇÃO SÉRIE-IDADE - 1985

Região	Taxa de distorção série-idade			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Brasil	83,55	82,33	79,93	82,23
Norte	92,00	91,00	89,95	91,95
Nordeste	90,53	89,59	87,79	92,33
Sudeste	80,35	78,79	76,21	79,52
Sul	80,45	78,94	75,87	81,41
Centro-Oeste	85,82	84,08	82,78	93,51

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

- Taxa de concluintes por setor da economia

O ensino regular de 2º grau oferece aos concluintes a opção de uma habilitação plena ou parcial nos três setores da economia: primário, secundário e terciário.

Conforme a tabela abaixo, o setor terciário é o que detém o maior número de matrículas, seguido pelo setor secundário e, por último, pelo setor primário.

TABELA Nº 14 - TAXA DE CONCLUINTES HABILITADOS POR SETOR DA ECONOMIA-1984

Região	Taxa de concluintes por setor da economia (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
Brasil	5,72	15,97	68,98
Norte	3,45	10,67	73,27
Nordeste	3,10	7,31	69,63
Sudeste	7,93	20,86	59,43
Sul	4,41	15,42	75,49
Centro-Oeste	2,14	13,34	77,52

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

Apresentamos, a seguir, uma tabela-resumo com alguns indicadores educacionais, segundo as unidades da Federação, que fornece uma visão mais detalhada que a apresentada nas páginas anteriores em nível de Brasil.

TABELA-RESUMO - ENSINO REGULAR DE 2º GRAU - INDICADORES EDUCACIONAIS SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1984/85

UF	Matrícula inicial		Taxa de evasão imediata total 1984	Taxa de repetência na 1ª série-1985	Taxa de distorção série-idade-1985	Alunos concluintes 1984	Número de funções docentes-1985
	1985	(%)					
Brasil	3.016.138	100	18,68	15,73	82,32	585.193	206.111
RO	11.186	0,37	39,04	21,63	91,86	1.573	769
AC	4.954	0,16	32,84	17,03	92,53	706	353
AM	34.760	1,15	20,72	12,88	92,30	7.428	1.822
RR	2.520	0,08	25,73	13,40	90,39	347	120
PA	60.472	2,30	20,33	15,67	90,90	11.481	3.405
AP	5.982	0,20	23,00	16,43	87,23	532	233
MA	63.954	2,12	13,50	3,64	88,81	14.317	5.237
PI	40.614	1,32	20,70	12,71	93,23	7.151	2.387
CE	78.347	2,60	15,35	11,09	89,06	17.662	5.096
RN	60.042	1,99	21,60	21,30	91,39	9.944	3.669
PB	55.691	1,85	18,35	19,86	89,34	12.051	4.102
PE	144.181	4,78	19,95	13,82	87,99	26.498	9.189
AL	43.658	1,45	15,49	11,53	90,89	8.113	2.716
SE	26.538	0,89	21,64	15,56	90,87	4.419	1.546
BA	182.315	6,04	14,11	14,63	89,64	37.253	11.988
MG	282.535	9,37	16,88	14,56	79,90	68.174	20.415
ES	59.298	1,98	18,71	13,24	80,46	12.566	3.454
RJ	338.413	11,22	15,20	14,49	83,47	70.092	27.496
SP	813.734	26,98	19,25	13,92	76,93	147.077	51.645
PR	181.952	6,03	24,31	12,58	78,97	31.275	11.134
SC	97.797	3,24	19,51	12,51	74,42	18.607	7.009
RS	211.868	7,02	19,59	40,27	81,05	40.887	18.994
MS	36.563	1,21	26,37	14,68	85,25	6.342	2.428
MT	26.351	0,87	29,04	17,71	89,78	3.903	1.767
GO	91.438	3,03	22,97	10,99	86,60	15.936	6.282
DF	51.976	1,72	9,55	16,51	78,29	10.859	2.855

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

C - ENSINO SUPERIOR - GRADUAÇÃO

a) Introdução

O ensino superior brasileiro nasceu, sob a forma de faculdades isoladas, ainda no século XIX. Somente a partir da década de 1930, surgiram as primeiras universidades através de aglutinações de escolas isoladas.

O crescimento vertiginoso do ensino superior deu-se na segunda metade da década de 60, sobretudo com a criação de escolas particulares. Houve também, nessa época, grande diversificação do leque de oferta de cursos, nas diversas modalidades ou habilitações, e também expansão territorial para todas as regiões do País.

A tendência histórica de crescimento linear até a década de oitenta parece entrar, nestes últimos anos, numa fase de estancamento ou mesmo de pequeno declínio, o que tem gerado preocupação com a necessidade de retomada de crescimento visando à continuidade do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

b) Matrícula

O número de alunos matriculados nos cursos de graduação, no Brasil, em 1987, era de 1.470.559. Este número equivalia a uma relação de 10 alunos por 1.000 habitantes.

Considerando-se a dependência administrativa dos estabelecimentos de ensino superior, 60% dos alunos estudam em instituições privadas. Mas, se considerarmos apenas as universidades, que concentram 52% do alunado de graduação, 60% destes alunos estudam em universidades públicas.

A tabela nº 15 apresenta a matrícula de graduação e o percentual desta no setor público, segundo as regiões geográficas e o tipo de estabelecimento.

TABELA Nº 15 - NÚMERO E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS - 1987

Região	Total		Universidade		Federações e isoladas	
	Total	Publ.%	Total	Publ.%	Total	Publ.%
Brasil	1.470.599	40	761.240	60	709.319	18
Norte	38.485	74	24.842	100	13.643	26
Nordeste	250.118	67	180.482	78	69.636	40
Sudeste	815.866	27	341.389	50	474.477	11
Sul	282.033	46	172.899	53	109.134	34
Centro-Oeste	84.057	44	41.628	71	42.429	17

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

As matrículas de 1986 e 1987 e a estimativa para 1988, segundo as regiões, são apresentadas na tabela nº 16.

TABELA Nº 16 - MATRICULA - 1986-88

Região	1986	1987	1988(*)
Brasil	1.418.196	1.470.559	1.482.321
Norte	37.065	38.485	40.989
Nordeste	237.391	250.118	251.248
Sudeste	788.032	815.866	813.097
Sul	274.379	282.033	291.987
Centro-Oeste	81.329	84.057	85.000

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

(*) Estimativa utilizando a série histórica de 1973-86.

c) Conclusões

Em 1986, o número de conclusões de graduação foi de 228.074, assim distribuídos pelas áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, 9%; Ciências Biológicas, 1%; Engenharia/Tecnologia, 8%; Ciências da Saúde, 13%; Ciências Agrárias, 3%; Ciências Sociais Aplicadas, 34%; Ciências Humanas, 23%, e Lingüística, Letras e Artes, 9%.

d) Funções docentes

As estatísticas de 1987 revelam que 64% das funções docentes em exercício se encontram nas universidades e, considerando a dependência administrativa, 66% encontram-se nos estabelecimentos públicos.

A tabela n°. 17 apresenta o número de funções docentes em exercício no ensino superior e o percentual do setor público segundo as regiões geográficas e o tipo de estabelecimento.

O número de docentes do ensino superior no Brasil engloba todas as categorias de profissionais que se ocupam do ensino, desde os auxiliares, assistentes, adjuntos e titulares, o que muitas vezes não ocorre em outros países.

TABELA Nº 17 - NÚMERO E PERCENTUAL DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO - 1987

Região	Total		Universidades		Federações e Isoladas	
	Total	Publ.%	Total	Publ.%	Total	Publ.%
Brasil	121.228	66	77.813	77	43.415	46
Norte	3.578	93	2.588	100	990	76
Nordeste	21.993	85	18.217	90	3.716	59
Sudeste	66.421	57	36.634	70	29.787	40
Sul	22.678	65	15.842	70	6.836	55
Centro-Oeste	6.618	80	4.532	86	2.086	65

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

O número de funções docentes em exercício no ensino superior em 1986 e 1987 e a estimativa para 1988, segundo as regiões, são apresentados na tabela n.º 18.

TABELA Nº. 18 - ENSINO SUPERIOR - GRADUAÇÃO NÚMERO DE DOCENTES EM EXERCÍCIO - 1986-88

Região	1986	1987	1988(*)
Brasil	117.211	121.228	123.380
Norte	2.368	3.578	3.547
Nordeste	21.134	21.933	22.887
Sudeste	64.794	66.421	66.978
Sul	22.053	22.678	23.636
Centro-Oeste	5.962	6.618	6.332

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

(*) Estimativa utilizando a série histórica de 1973-86.

No que se refere à qualificação dos docentes, apenas 21% e 13%, respectivamente, possuem mestrado e doutorado.

Do total das funções docentes do ensino superior 42% são de tempo integral e 58% de tempo parcial.

e) Estabelecimentos de ensino superior

Em 1987, o número de estabelecimentos de ensino superior era de 853:9% eram universidades; 8%, federações de escolas ou faculdades integradas; e 83%, estabelecimentos isolados.

Do total de estabelecimentos de ensino superior, 64% encontram-se na Região Sudeste.

A presença da atuação pública manifesta-se principalmente nas instituições do tipo universidade (65%), enquanto a iniciativa particular é predominante nas instituições isoladas (76%).

TABELA Nº 19 - ENSINO SUPERIOR -GRADUAÇÃO - ESTABELECIMENTOS POR NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1987

Região	Total		Universidades		Federações e Isoladas	
	Total	Publ.%	Total	Publ.%	Total	Publ.%
Brasil	853	28	82	65	771	24
Norte	16	69	04	100	12	42
Nordeste	101	56	20	85	81	49
Sudeste	551	18	35	48	516	16
Sul	144	37	18	61	126	43
Centro-Oeste	41	49	05	80	36	55

Fonte: MEC/SG/Seplan/SEEC.

f) Estoque de profissionais de nível universitário

Entende-se por "estoque de profissionais" de nível superior o somatório de todos os concluintes do terceiro grau num período determinado de 25 anos.

Pelos dados da tabela nº. 20, verifica-se claramente que o estoque de profissionais de nível superior, nas diferentes áreas, no período de 1981-85, não apresentou variação.

TABELA Nº 22 - NÚMERO DE ALUNOS VINCULADOS E TITULADOS POR NÍVEL DO CURSO, SEGUNDO A ÁREA DE CONHECIMENTO - 1986

Área de Conhecimento	Alunos vinculados			Alunos titulados		
	Total	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado	Doutorado
Brasil	39.478	31.719	7.759	4.357	3.614	743
Artes	373	309	64	18	13	5
Ciências Biológicas	3.235	2.115	1.120	515	371	144
Profissões da Saúde	5.367	4.173	1.194	621	485	136
Ciências Exatas e da Terra	4.882	3.479	1.403	709	561	148
Engenharia	5.550	4.550	1.000	646	593	53
Ciências Humanas e Sociais	11.196	9.433	1.763	963	815	148
Profissões Sociais	5.581	4.959	622	315	267	48
Profissões Agroindustriais	3.294	2.701	593	570	509	61

Fonte: MEC/CAPES.

Nota: Os alunos vinculados são os remanescentes em dezembro de 1986.

E. ANALFABETISMO

Analisando o processo evolutivo do analfabetismo no Brasil, verifica-se uma sensível melhoria da situação.

Em 1985, a taxa de analfabetismo foi de 20,7%. Esta taxa, nos últimos cinco anos, está sofrendo um decréscimo bastante rápido, devido aos programas de alfabetização implantados pelo Governo brasileiro.

TABELA Nº 23 - POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR ALFABETIZAÇÃO E PERCENTUAL DE NÃO-ALFABETIZADOS - 1900-1985

Ano	Total	População de 15 anos e mais		
		Alfabetizados	Não-alfabetizados	
			Valor absoluto	%
1900	9.728	3.380	6.348	65,3
1920	17.564	6.155	11.409	65,0
1940	23.648	10.379	13.269	65,1
1950	30.188	14.916	15.272	50,6
1960	40.223	24.259	15.964	39,7
1970	53.732	35.586	18.146	33,8
1980	73.542	55.243	18.299	26,0
1982	76.534	58.848	17.686	23,1
1985	83.542	66.255	17.287	20,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

TABELA Nº 24 - TAXA DE ANalfabetismo DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS, SEGUNDO AS REGIÕES - 1985.

Região	População com 15 anos e mais		
	População	Analfabetos	
		Valor absoluto	%
Brasil	83.541.724	17.286.325	20,69
Norte	2.248.569	275.283	12,24
Nordeste	22.722.335	9.011.025	39,66
Sudeste	39.446.559	5.183.087	13,14
Sul	13.567.063	1.813.490	13,37
Centro-Oeste	5.557.198	1.003.440	18,06

Fonte: IBGE/PNAD.

b) Educação de jovens e adultos

No período em análise (1986/88), a educação de adolescentes e adultos sofreu, em seu aspecto operacional, um processo gradual de descentralização, com o propósito

- implementação das atividades de avaliação do ensino superior;
- implantação do Programa de Informática na Educação, pelo desenvolvimento de dois projetos básicos:
 - Educom — pesquisa e formação de recursos humanos junto a cinco universidades;
 - CIED - implementação de Centros de Informática e Educação junto às secretarias estaduais com o objetivo de preparar recursos humanos destinados a disseminar e utilizar a informática no ensino de 1º e 2º graus nas escolas públicas.

11.4 Pesquisa Pedagógica

O processo de produção do conhecimento científico em Educação no Brasil concentra-se nos programas de pós-graduação das universidades, iniciados em 1970, e em alguns centros de pesquisa.

O Ministério da Educação participa, direta e indiretamente, desse processo como financiador — através da manutenção das universidades federais e demais instituições de ensino superior, e da alocação de recursos para programas e projetos de pesquisa específicos — e como articulador de um movimento existente entre os setores que produzem e os que se nutrem das investigações.

Este trabalho de articulação e de financiamento é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que, em 1988, comemora o seu cinquentenário. A trajetória do Inep evidencia a história mais ampla da pesquisa educacional no Brasil, marcada pelos temas psicopedagógicos e, a partir de 1964, pelos economicistas. Nesse período, ele passou ainda de produtor e disseminador de conhecimento, através do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional e de cinco centros regionais de Pesquisa, a agência financiadora de pesquisas e centro de edições. Nos últimos, anos principalmente neste biênio, o Inep tem buscado redefinir seu papel, enquanto órgão de Estado, assumindo suas funções de articulação e mediação entre os setores formuladores de política educacional e a comunidade científica; de aglutinador e difusor do conhecimento produzido; de assessoramento técnico ao MEC, aos dirigentes da educação e à comunidade de educadores e de financiador de pesquisas e eventos.

Como coordenador da política de pesquisa do MEC, o Inep, fortalecendo-se paulatinamente como organismo de ponta, desenvolve suas ações principais dentro dos seguintes temas de pesquisa em desenvolvimento e a serem desenvolvidos, preenchendo lacunas básicas no conhecimento:

1.0 ensino de 1º grau

A universalização do ensino de 1º grau gratuito e a construção de uma escola produtora e transmissora de conhecimentos capazes de colaborar para que jovens e crianças participem das prerrogativas e direitos da cidadania plena ainda constitui um desafio.

A ênfase, nesse tema, está em:

- . alfabetização

- . livro escolar
- . conteúdos curriculares: as propostas teórico-metodológicas.

2. O ensino de 2º grau

A mudança do significado da escola de 1º grau após a Lei nº 5.692/71 e o desafio de implementar o ensino de 2º grau na perspectiva da relação educação-trabalho apontam em direção de pesquisas sobre:

- . caracterização e perspectivas do ensino de 2º grau no Brasil
- . escolas técnicas agrícolas e industriais
- . vestibular: articulação entre o 2º grau e o ensino superior
- . relação entre o desenvolvimento do 2º grau e os acordos internacionais de financiamento.

3. A formação do educador

A construção de um quadro teórico abrangente que dê conta da especificidade da educação e a compreensão da prática pedagógica como processo social continuam desafiando os pesquisadores preocupados em reformular cursos e currículos e em construir propostas teórico-metodológicas.

4. O ensino superior

As pesquisas em desenvolvimento centram seu foco em uma avaliação da estruturação, organização, produção e eficiência das instituições e do próprio sistema de ensino superior.

5. Diagnóstico estadual do setor educação

Com base em uma metodologia de base qualitativa, desde 1984 os pesquisadores vêm construindo diagnósticos estaduais e municipais centrados, nesse biênio, nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

6. Educação e sociedade

O momento vivido pela sociedade brasileira em termos de coordenamento e de fortalecimento da Federação exige a produção e divulgação de conhecimento e de propostas que subsidiem a:

- . elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação,
- . construção de uma escola fundada nas necessidades e na produção cultural dos diferentes grupos sociais e étnicos, resultando em apoio a pesquisas e eventos sobre a mulher, o negro, o índio, os imigrantes.

III - PROBLEMAS E DIFICULDADES

O documento Diretrizes para a Ação Programada: Educação e Desporto - 1987/1991, com as linhas básicas que orientam a programação do MEC junto as secretarias estaduais e órgãos municipais de educação e desporto, assinala na introdução da análise dos aspectos da situação educacional: "Embora a expansão do sistema de ensino tenha sido acelerada nas últimas décadas, impulsionada pelas taxas de crescimento industrial e urbanização, ainda não foi suficiente para eliminar o déficit escolar existente na maioria das regiões brasileiras em todos os níveis de ensino. Apesar do esforço despendido no trato dos componentes educacionais, tais como: professor, material escolar e didático, merenda escolar, infra-estrutura física e outros, as taxas de déficit escolar, de repetência, de evasão e de analfabetismo e seus desdobramentos persistem, exigindo que ações sejam desenvolvidas no sentido da transformação do quadro".

No momento atual, cresce, no Brasil, o sentimento de que uma revisão ampla e profunda dos postulados básicos de suas políticas educacionais é uma imposição, a partir do universo de problemas e dificuldades detectados no sistema educacional e, agora, pelos ditames inseridos na nova Carta Constitucional.

Esses problemas e dificuldades podem ser assim sintetizados:

a) Analfabetismo

De 1900 a 1980, o analfabetismo decaiu sensivelmente em termos percentuais, não ocorrendo o mesmo em termos absolutos.

b) Educação pré-escolar

Embora a educação pré-escolar não esteja inscrita na Constituição de 1967, a demanda social evidenciada, com mais vigor, nos últimos anos, originou uma forte consciência entre administradores e planejadores sobre sua necessidade e a importância de sua expansão, sobretudo para atendimento das crianças das camadas sócio-econômicas mais carentes.

Os dados acusam um aumento bastante lento de atendimento educacional em nível pré-escolar. Em 1986, a taxa de atendimento, em nível nacional, foi de 26,91%, estimando-se para 1988 cerca de 30% de atendimento à demanda potencial.

O Ministério da Educação, na sua função articuladora das ações dos diversos sistemas de ensino, vem propondo diretrizes metodológicas que estimulem formas originais e variadas de trabalho com a criança, de modo a atender às diversidades sócio-culturais do país, respeitando as necessidades e interesses dos alunos e as condições do ambiente em que vivem.

Alguns aspectos, por constituírem eixo central dessas diretrizes, vêm sendo recomendados:

- utilização de espaços físicos disponíveis na comunidade;
- aproveitamento de material de baixo custo, bem como da natureza, mais próximos da criança;
- ênfase em atividades físicas e artísticas, com vistas ao favorecimento da expressão e criatividade e ao desenvolvimento da personalidade;
- participação da comunidade nas atividades a serem desenvolvidas com a criança;
- utilização das expressões culturais do grupo social de que provém a criança, como contribuição ao trabalho educativo;
- realização de atividades comuns para crianças de quatro a seis anos, com variedade de opção, conforme o interesse, estrutura cognitiva e desenvolvimento psicomotor de cada uma, para integração e socialização entre a criança e o grupo e os grupos entre si.

c) Ensino de 1º grau

- 1) O ensino de 1º grau logrou níveis crescentes de expansão da oferta, podendo-se afirmar que o ingresso na 1ª série deste é quase universal. Se tal afirmativa é válida para o conjunto do País, existem insistentes variações segundo a região, a situação do domicílio e a faixa de renda familiar. Os 4,5 milhões de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola localizam-se nas periferias dos grandes centros urbanos, nas regiões de grande fluxo migratório, especialmente nas novas fronteiras agrícolas do Nordeste e do Centro-Oeste, em áreas de população rarefeita e, principalmente, no Nordeste, onde se concentra a metade desse déficit.
- 2) A repetência caracteriza-se por taxa elevada, determinando uma permanência média de 6 anos na escola, para a criança completar as quatro primeiras séries, o que constitui o fator principal da defasagem idade/série.
- 3) Mais da metade de todo o ensino é oferecida nas três primeiras séries, enquanto a oferta nas últimas séries é insuficiente.
- 4) A permanência diária dos alunos na escola é mínima para o desenvolvimento de um ensino de qualidade; há um significativo contingente freqüentando menos de 3 horas diárias de aula.
- 5) Há insuficiência de material escolar para professores e alunos.
- 6) Carência de pessoal qualificado, na medida das necessidades da rede escolar em funcionamento, havendo, em exercício, um grande número de docentes sem a habilitação mínima para o ensino de 1º grau.
- 7) Presença, na escola pública, de um significativo contingente de alunos provenientes das camadas de baixa renda, requerendo atenção especial.

Para enfrentar o desafio da problemática apresentada, o MEC vem desenvolvendo programas específicos que podem ser definidos em dois grandes grupos:

- 1) Programa de Melhoria da Educação Básica, objetivando a eficácia do sistema educacional, adequando-o à realidade sócio-política e econômica do País. Nesse programa, destacam-se os seguintes sub-programas:
 - expansão e melhoria da educação no meio rural do Nordeste;
 - educação básica nas regiões Norte e Centro-Oeste;
 - apoio ao desenvolvimento dos sistemas estaduais de ensino;
 - apoio ao desenvolvimento do ensino em nível municipal e o Subprograma de alfabetização que visa contribuir para a redução dos índices de evasão e repetência na 1ª série do 1º grau e apoiar ações de alfabetização de crianças e adoles-

centes que não tiveram acesso à escola regular na idade própria ou dela se evadiram.

2) Programa de Aperfeiçoamento do Processo Técnico-Administrativo, visando a maior eficiência e racionalidade do sistema educacional, compreendendo ações de:

- suporte à gerência educacional;
- sistema de informação para a administração educacional;
- capacitação de recursos humanos;
- aperfeiçoamento do planejamento educacional.

Complementando as ações do Programa de Melhoria da Educação Básica, cabe destacar os seguintes programas:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Programa do Livro Didático
- Programa Nacional de Material Escolar.

d) Ensino de 2º grau

As especificidades deste grau de ensino encontram-se registradas na parte V, letra c, que trata da melhoria do ensino secundário: objetivos, estruturas, conteúdos e método (Recomendação nº 75, adotada na 40ª sessão da CIE em 1986).

e) Ensino superior

O sistema de ensino superior brasileiro nas últimas décadas ofereceu uma efetiva contribuição ao desenvolvimento científico, cultural e tecnológico da nação, notadamente pelo desempenho das universidades públicas.

Esse sistema convive, entretanto, com graves problemas e distorções para cuja superação se pretende buscar alternativas pela avaliação sistemática das reais condições do processo de produção e disseminação do conhecimento.

Os resultados das análises referentes à dinâmica do ensino superior brasileiro apontam algumas questões relevantes para o delineamento da política para o setor, conforme discriminação abaixo:

- deverá ser garantida a recuperação e expansão da infra-estrutura das universidades públicas, seja para responder às novas exigências geradas pelo estágio de desenvolvimento científico, seja para fazer frente à redução da capacidade de investimento em capital e custeio ocasionada pelas dificuldades econômicas vivenciadas pelo País;

- deverá ser perseguida a consolidação e fortalecimento da pesquisa para garantir a continuidade do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e para permitir o aperfeiçoamento de professores. Esse processo de permanente aperfeiçoamento é indispensável à consecução de níveis mais elevados de qualidade do ensino e à diminuição da defasagem existente entre instituições que se apresentam hierarquicamente estratificadas em termos de qualidade;

- a melhoria da qualidade do ensino de um número significativo de instituições isoladas é uma outra questão a ser enfrentada. Passada a fase pioneira de expansão, não conseguiram as instituições dessa natureza superar suas precárias condições de funcionamento, ocasionando a queda na demanda de vagas e o crescimento de vagas ociosas. Deverá esse segmento do ensino superior buscar soluções inovadoras em termos acadêmicos e administrativos para atingir os níveis desejados de qualidade;

- é inevitável a expansão da oferta de vagas e matrículas. Nesta política de expan-

são deverão participar os estados da Federação, além de outras entidades com novos *status* jurídicos e novas formas de financiamento.

O meio universitário será, certamente, o *locus* privilegiado para discussões e proposições, tendo em vista a elaboração da nova lei de diretrizes e bases de educação nacional, em consequência da nova ordem política, social, econômica e educacional decorrente do texto constitucional ora aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte.

Os desafios postos ao sistema da educação superior passam, de modo geral, pela preocupação básica com a melhoria da qualidade e do desempenho com a qual deverão estar comprometidos as próprias instituições, o Governo e a sociedade como um todo.

IV-COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No período 1986-1988, a cooperação internacional, no âmbito do Ministério da Educação, tem-se concentrado em duas linhas básicas de atuação: desenvolvimento da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento (CTPD) e captação de cooperação técnica para os programas nacionais de maior interesse.

A especial ênfase dada à CTPD tem como objetivo transferir conhecimentos técnicos e científicos adquiridos e desenvolvidos pelo Brasil, bem como estimular maior intercâmbio de idéias e experiências com outros países.

Levando-se em conta o estágio de desenvolvimento já alcançado pelo Brasil em várias áreas do conhecimento, a diminuição gradativa de cooperação técnica recebida de países desenvolvidos e de organismos internacionais, e a política nacional de maior aproximação com países em grau semelhante de desenvolvimento a cooperação horizontal tem-se mostrado crescente e eficaz, tendo em vista propiciar:

- . a redução da **interdependência vertical**, ampliando a **interdependência horizontal**;
- . o aumento do efeito multiplicador da cooperação técnica vertical;
- . a abertura de novos canais de comunicação entre países em desenvolvimento;
- . o desenvolvimento da tecnologia nacional e de técnicas mais adequadas às necessidades e realidades dos países em desenvolvimento.

No âmbito bilateral, foram realizados significativos avanços na cooperação técnica com os seguintes países:

— Angola

- . Formação de quadros para ensino à distância;
- . cooperação entre a Universidade Agostinho Neto e as seguintes universidades brasileiras: Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de Brasília.

— Moçambique

- . intercâmbio entre a Universidade Eduardo Mondlane e universidades brasileiras nas seguintes áreas: formação de cientistas e incremento da pesquisa com a Universidade Federal do Rio de Janeiro; engenharia florestal e medicina veterinária

com a Universidade Federal do Paraná; economia e administração com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; acordo geral com a Universidade de Brasília; veterinária e ciências sociais com a Universidade de São Paulo.

. realização de estudos com vistas à criação de Escola Média de Geologia e Minas.
— Guiana

. celebração de acordos de cooperação entre a Universidade da Guiana e as Universidades do Amazonas e do Pará.

— Bolívia

. constituição de grupo de trabalho, no âmbito do Ministério, para realizar estudos com vistas a estabelecer projeto binacional de educação nas regiões de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, em atendimento à solicitação do Governo boliviano.

Com o apoio multilateral, o Ministério da Educação promoveu em setembro de 1987 um estágio de identificação de possibilidade de cooperação técnica com a participação de dirigentes e assessores dos Ministérios de Educação de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, utilizando recursos do Programa de Participação da Unesco.

Ainda no marco da CTPD, destacam-se os projetos de cooperação entre as universidades brasileiras e universidades latino-americanas, financiados pela OEA, nas seguintes áreas: modernização, estruturas sociais e educação na América Latina; administração universitária; desenvolvimento da região amazônica; desenvolvimento educacional integrado em zonas desfavorecidas ou limítrofes do Brasil e educação à distância.

Com vistas à captação de cooperação internacional para os programas nacionais de maior interesse, o Ministério da Educação tem procurado participar mais efetivamente das atividades promovidas pelos organismos internacionais dos quais o Brasil é membro, cabendo destacar a Unesco, o PNUD, a OEA e a Universidade das Nações Unidas.

No âmbito da Unesco, a cooperação vem sendo concentrada no marco do Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe, através da participação brasileira nas atividades regionais promovidas pela Organização e do apoio desta a atividades nacionais. Com o apoio técnico e financeiro da Unesco, o Ministério da Educação promoveu, em Brasília, no mês de maio de 1987, o Seminário Regional sobre Alternativas de Alfabetização na América Latina e no Caribe, que contou com a participação de especialistas da Argentina, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Peru e Brasil.

Dentro do IV Programa Nacional de Cooperação Técnica do PNUD, 1987/1991, o setor educação vem desenvolvendo os seguintes projetos:

- . Treinamento Gerencial para a Implementação de Programas Educacionais de 1º Grau — BRA 86/002, a cargo da Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação, Doutorado em Planejamento Econômico e Social — BRA/86/008, a cargo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No âmbito da OEA, além das atividades da CTPD, o Ministério da Educação deu continuidade à execução do Projeto Especial de Educação-Produção em Áreas Urbanas de População Carente, prestando apoio técnico e financeiro a propostas de integração da educação e o trabalho produtivo em unidades de ensino de 1º grau.

Paralelamente, vêm sendo desenvolvido outros projetos nas áreas de educação superior — Estudos sobre Metodologias de Avaliação de Cursos de Graduação; educação especial — Estudos Comparativos sobre Generalização das Noções da Leitura e Escrita de Matemática em Crianças com Limitações Sócio-culturais, Físicas e Mentais, informática — Computação Eletrônica para a Educação e Planejamento — Planejamento e Regionalização Educacional.

A partir de 1987, foram intensificadas as relações do Governo com a Universidade das Nações Unidas (UNU), cujo atual Reitor é brasileiro. Nesse ano, o Brasil contribuiu para o fundo patrimonial da UNU e, em 1988, sediará a 31^a Sessão do Conselho da Universidade das Nações Unidas, com vistas a incrementar as possibilidades de cooperação no campo da pesquisa entre universidades brasileiras e a UNU.

V -SEGUIMENTO DADO ÀS RECOMENDAÇÕES DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO

V.a. - Recomendação nº 73, adotada **pela 38ª Sessão da CIE, em 1981:**
"A interação entre a educação e o trabalho produtivo".

No âmbito do ensino de 1º grau, deu-se continuidade à implementação do Projeto Especial Multinacional de Educação-Produção em Áreas Urbanas de População Carente, executado pelo Ministério da Educação com a cooperação da Organização dos Estados Americanos, atingindo, no período 1986/1988 a implantação de 72 núcleos de produção em 25 unidades de ensino de 1º grau, centros de educação para o trabalho ou de atendimento à criança e à família.

Além da dimensão pedagógica das atividades produtivas integradas ao currículo de ensino de 1º grau, que procuram articular a prática à teoria, com vistas à formação básica do cidadão, as experiências apoiadas pelo Projeto Especial tem uma dimensão social, enquanto voltadas para o trabalho socialmente útil, e outra econômica, enquanto dirigidas à geração de renda para o educando e suas famílias.

Em relação ao ensino de 2º grau, instância destinada a aprofundar o saber científico, tecnológico, filosófico e artístico e a articular este saber com o mundo do trabalho e os processos produtivos, o trabalho tem sido enfatizado como princípio educativo por excelência. Através da preparação pelo e para o trabalho, a escola de 2º grau busca instrumentalizar o aluno a prosseguir seus estudos, bem como a enfrentar os desafios do mundo do trabalho.

Esforços vêm sendo realizados pelo Ministério da Educação com vistas à expansão e melhoria do ensino de 2º grau, destacando-se a meta de instalação de 200 escolas técnicas industriais e agrícolas, bem como a revisão crítica dos conteúdos curriculares.

V.b. - Recomendação nº 74, adotada pela 39ª Sessão da CIE, em 1984: "Generalização e renovação do ensino primário na perspectiva de uma iniciação científica e técnica apropriada".

No período 1986-1988, com o objetivo básico de promover a melhoria do ensino de Ciências e de Matemática, prioritariamente no 1º grau, o Subprograma Educação para a Ciência (SPEC) tem apoiado projetos distribuídos por todo o País, voltados para a melhoria de currículos, de metodologias de ensino, de materiais instrucionais, incluindo sua disseminação e uso; para a introdução de mudanças nos programas de formação de professores; para a maior capacitação dos recursos humanos em exercício no sistema de ensino; para a popularização de noções científicas, através de atividades extra-escolares que envolvem as comunidades locais; e para a promoção de atividades interdisciplinares.

Durante esse biênio, a mobilização da comunidade de interessados em Ciências e em Matemática tem ocorrido de maneira bastante satisfatória, assim como também o intercâmbio entre profissionais, através da promoção de encontros, seminários, congressos e reuniões nacionais e internacionais.

Igualmente, idéias bastante inovadoras vêm sendo apoiadas pelo SPEC, tais como: criação de centros de Ciências; experimentação de novas formas de treinamento de professores de Ciências, consórcios de universidades para o desenvolvimento de novas estratégias de ensino; desenvolvimento de material instrucional e de métodos para ensinar Ciências às crianças de escolas públicas localizadas nas periferias.

O SPEC possui hoje 132 projetos em desenvolvimento. A partir deste ano de 1988, o Subprograma dá continuidade a seus projetos e atividades, agora concentradas em duas grandes linhas: Redes Integradas de Disseminação e Cooperação Internacional.

A primeira tem por objetivo promover a disseminação, no sistema de ensino de 1º e 2º graus, dos resultados já obtidos por projetos aprovados pelo SPEC. A segunda destina-se à articulação de grupos brasileiros com grupos estrangeiros, na área de pesquisa em ensino de Ciências e de Matemática.

Espera-se que a criação das redes — constituídas por grupos de projetos e formadas conforme os vários temas que se inserem nas chamadas mencionadas anteriormente - provoque um impacto maior nas escolas de 1º e 2º graus e, também, que a Cooperação Internacional consiga iniciar e consolidar, entre as instituições brasileiras e estrangeiras, um esforço de cooperação que dê um salto de qualidade em todas as atividades do SPEC, especialmente o desenvolvimento de pesquisas e a implantação de experimentos-piloto.

V.c.- Recomendação nº 75 adotada pela 40ª Sessão da CIE, em 1986: "Melhoria do ensino de 2º grau; objetivos, estruturas, conteúdos e métodos".

Ao longo dos anos 70, houve uma razoável expansão do ensino de 2º grau que, entretanto, não chegou a atender a totalidade da demanda. Nos últimos anos, seu incremento foi insignificante, comprometendo ainda mais sua oferta, tornando-o deficitário qualitativa e quantitativamente.

As limitações ao crescimento da oferta pública desse nível de ensino encontram suas raízes na prioridade do aumento da oferta do ensino básico, seja pela ampliação de sua infra-estrutura para aumentar a cobertura às crianças provenientes de famílias de baixa renda, seja pela concentração de esforços na correção das graves deficiências da escola de 1º grau. A reduzida disponibilidade de recursos somada à obrigatoriedade de financiar o 1º grau conduz, necessariamente, à manutenção precária do 2º grau, politicamente desconsiderado face às gritantes carências do ensino fundamental.

Os cursos noturnos têm sido a alternativa encontrada pela clientela trabalhadora, responsável por grande parte dessa demanda. Hoje, cerca de 53% do alunado brasileiro de 2º grau frequenta esses cursos e em algumas unidades da Federação esse percentual chega a 68%. É característica dos alunos dos cursos noturnos a conclusão do nível anterior de ensino com idade mais avançada e/ou a retomada dos estudos após algum tempo de paralisação. Os cursos noturnos não estão estruturados para atender essa clientela e, geralmente, são simples adaptações do ensino diurno, notadamente organizado segundo parâmetros de alunado absolutamente diverso.

A grande maioria das escolas de 2º grau localiza-se nas capitais de grande porte, estando o interior bastante desassistido.

Os cursos das escolas normais, que habilitam para o magistério das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, concentram-se também nos centros urbanos maiores e a demanda / oferta vem aumentando, embora a profissão docente venha perdendo status, inclusive na formação em nível superior.

A eliminação da compulsoriedade da profissionalização provocou a busca de novas alternativas para o desenvolvimento da educação de 2º grau e a renovação dos temas de debate público e respeito desse segmento do sistema educacional. Foi, ainda, um passo em direção ao aprofundamento da formação geral, nela compreendidos os conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania em seu contexto mais amplo. Como consequência, a formação técnica específica, pela qual se responsabilizam as escolas técnicas e agrotécnicas federais, os centros federais de educação tecnológica e a rede de escolas técnicas estaduais, municipais e particulares passa a valorizar, cada vez mais, esta formação geral.

Reconhece-se a importância da contribuição da educação de 2º grau no desenvolvimento pleno do indivíduo para a vida social e cultural e na preparação para o trabalho — a dimensão econômica da cidadania, resgate do sentido da função social do trabalho.

O ensino de 2º grau, formador de recursos humanos indispensáveis a esse desenvolvimento, vem buscando, cada vez mais, introduzir o avanço da ciência e da

tecnologia em seu currículo para enfrentar os desafios que a modernização da sociedade lhe impõe.

Com a finalidade de vencer as dificuldades e problemas postos ao ensino de 2º grau, numa nova dimensão conceitual, em nível de MEC, podem ser citados os seguintes projetos em andamento:

- . Previsão Crítica do Currículo de 2º Grau — busca traduzir suas funções através de conteúdos que garantam a formação do cidadão;

- . Expansão e Melhoria do Ensino de 2º Grau - tem por meta garantir aos jovens o acesso aos conhecimentos básicos necessários ao exercício da cidadania, buscando atingir a totalidade da sua clientela;

- . Ensino Supletivo — o Poder Público reconhece o papel do ensino supletivo e desenvolve uma política no sentido de aumentar sua credibilidade social. Simultaneamente, vem desenvolvendo esforços com o objetivo de viabilizar a habilitação de um grande contingente de professores leigos através de telecurso que estão sendo programados;

- . Ensino Noturno — dada a especificidade da clientela que frequenta os cursos noturnos, estudos sobre a matéria vêm sendo desenvolvidos visando tanto ao atendimento a essa especificidade, quanto à garantia de padrões de qualidade que devem nortear o ensino de 2º grau como um todo;

- . Formação de Professores para o Magistério da Pré-Escola à 4ª Série do 1º Grau — a partir da situação de formação dos professores e da relevância do seu papel no combate à evasão e repetência nas primeiras séries do 1º grau, o MEC vem desenvolvendo ações em articulação com os estados da Federação, de forma a redimensionar o ensino nas escolas normais e nos cursos de habilitação ao magistério em nível de 2º grau. Encontram-se em desenvolvimento projetos de revisão dos conteúdos curriculares dos cursos desenvolvidos nessas unidades escolares;

- . Apoio à Consolidação e Expansão dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério — objetivando a avaliação dos CEFAMS já implantados e o apoio e expansão desses centros a todas as regiões do País, está sendo desenvolvido esse projeto, que tem por finalidade ampliar as funções das escolas normais, para que estas se transformem em pólos irradiadores de inovações pedagógicas e centro de educação permanente, contemplando a revisão constante da prática educativa;

- . Expansão e Melhoria do Ensino Técnico-Profissionalizante — no entendimento de que a profissionalização deve estar fundamentada numa sólida educação geral e que o atual estágio social e econômico do País requer a presença de profissionais competentes e conscientes da importância social da tecnologia, como instrumento de superação do atraso cultural do País. Através deste programa estão surgindo novas escolas de ensino agrotécnico e industrial e inúmeras instituições estão recebendo apoio;

. Informática no Ensino de 2º Grau — criação e implementação de centros de Informática na Educação — CIED — com o objetivo, não só de propiciar a alunos e professores o acesso à informática enquanto ferramenta didática, mas, também, de levá-los à compreensão crítica do seu papel social no contexto de um mundo em processo acelerado de transformação;

. Ensino de Saúde — definição de uma política de formação de quadros intermediários para o setor saúde, tendo em vista tratar-se de uma área fundamental para o desenvolvimento social brasileiro;

. Sistema de Disseminação de Informações Tecnológicas Emergentes — SDITE — constitui-se em esforço no sentido de sistematizar a captação e a divulgação de informações de interesse para as áreas agrícolas, industrial e de serviços. Visa, em essência, à atualização e ao acompanhamento da evolução tecnológica por parte do corpo docente das escolas técnicas e agrotécnicas;

. Ensino de Ciências — com o objetivo de promover gradual transformação e atualização dos métodos e conteúdos do ensino de ciências no 2º grau, o Ministério está criando programa específico que inclui o treinamento de professores e aquisição de **kits**, laboratórios, etc. destinados às escolas de 2º grau;

. Cultura Brasileira no 2º Grau — tendo em vista a necessidade de aprimorar a formação cultural do jovem brasileiro, como requisito indispensável à formação da cidadania, o Ministério começa a desenvolver esforços no sentido de ampliar as oportunidades que venham a proporcionar ao estudante do 2º grau melhor entendimento cultural do Brasil no contexto da época atual.

VI-REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

- Brasil. MEC. **Avaliação da integração do sistema de Educação tecnológica de nível superior com o setor produtivo**; relatório do grupo de trabalho da Portaria Sesu-MEC nº 68 de 15/5/86. Brasília. 1986.
- Brasil. MEC. **Avaliação de universidade; popostas e perspectivas**. Brasília. FNDE. 1988.
- Brasil. MEC. **Bibliografia especializada em educação: ensino a distância**. Brasília. Inep. 1987.
- Brasil. MEC. **Catálogo geral de instituições de ensino superior 1986**. Brasília. Sesu. 1986.
- Brasil. MEC. **Custo direto de funcionamento das escolas públicas de 19 grau**; aspectos metodológicos e manual de instrução. Brasília. SEPS. 1986.
- Brasil. MEC. **Depoimento à constituinte: Jorge Konder Bornhausen**. Brasília. Coordenadoria de Comunicação Social. 1987.
- Brasil. MEC. **Educação e discriminação dos negros**. Belo Horizonte. IRH JP/FAE. 1988.
- Brasil. MEC. **A educação nas mensagens presidenciais — 1890-1986**. Brasília, Inep, 1987.
- Brasil. MEC. **Ensino regular de 1º grau**; informe estatístico. Brasília, Serviço de Estatística em Educação e Cultura, 1986.
- Brasil. MEC. **Ensino supletivo no Brasil: o estado da arte**. Brasília, Inep, 1987.
- Brasil. MEC. **O estado da arte do livro didático**. Brasília, Inep, 1987.

- **Brasil. MEC. Estatísticas educacionais Brasil 1985-88.** Brasília, Secretaria-Geral, 1987.
- **Brasil. MEC. Formação do educador;** a busca da identidade do curso de pedagogia. Brasília, Inep, 1987.
- **Brasil. MEC. Fundação Educar: diretrizes político-pedagógicas.** Brasília, 1986.
- **Brasil. MEC. Idéias de quem faz no Brasil:** política científica e tecnológica, financiamento da pesquisa, ensino de ciências. Brasília, Secretaria-Geral, 1987.
- **Brasil. MEC. Indicadores da educação comparada.** Brasília, Secretaria-Geral, 1986.
- **Brasil. MEC. Modelo amplificado da matrícula inicial;** agosto de 1986. Brasília, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1986.
- **Brasil. MEC. O Nordeste no horizonte de 15 anos: uma estratégia para um programa de educação básica.** Brasília, Secretaria de Ensino Básico, 1987.
- **Brasil. MEC. Parecer do Conselheiro Lafayette de Azevedo Pondé, na Câmara de Legislação e Normas,** sobre uma nova política para a educação superior brasileira. Brasília, 1986.
- **Brasil. MEC. Perfil educacional do Brasil 1986;** banco de dados. Brasília, MEC/OEA, 1986.
- **Brasil. MEC. Políticas públicas e educação.** Brasília, Inep, 1987.(Encontro e debates, n° 1).
- **Brasil. MEC. Prêmio Grandes Educadores Brasileiros:** monografias premiadas. Brasília, Inep, 1986.
- **Brasil. MEC. 1º Ciclo de debates sobre educação à distância-** CIVED. Brasília, 1987.
- **Brasil. MEC. Programa de aquisição planejada de periódicos para bibliotecas de instituições de ensino superior: distribuição dos periódicos nas instituições integrantes do programa e sua classificação por área do conhecimento.** Brasília, Sesu/PNBU, 1987.
- **Brasil. MEC. Retrato estatístico: educação, cultura, desporto.** Brasília, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1986.
- **Brasil. MEC. Sinopse estatística do ensino regular de 1.º grau -** Brasília, Serviço de Estatística em Educação e Cultura, 1987.
- **Brasil. MEC. Sinopse estatística do ensino regular de 2º grau - 1984. Brasília, Serviço de Estatística em Educação e Cultura.** 1986.

— Brasil. **MEC. Subsídios à Assembléia Nacional Constituinte: propostas e reivindicações dos educadores.** Brasília, s.d.

— Brasil. MEC. **Conferência Internacional da Educação, 40a sessão. Genebra, 1986.** Desenvolvimento da educação 1984-1986 - **Brasil. Brasília, MEC, 1986.**

— Documenta . Brasília, Conselho Federal de Educação. 1962.

Democratização do ensino e a conexão do ensino do 1º e 2º graus com o 3º
Documenta (301):12-23, 1986.

. Por que a informática na educação? **Documenta (311):1-5, 1986.**

. A propósito do relatório da Comissão para o Aperfeiçoamento do Ensino/
Aprendizado da Língua materna. **Documenta (309):6-12, 1986.**

. Vestibular. **Documenta (319):1-4, 1987.**

Periódicos

— Cadernos de Pesquisa. São Paulo, , Fundação Carlos Chagas, 1971.

A administração da educação na Nova República: caminho para mudança ou mudança de caminho? **Cadernos de Pesquisa (59) : 77 - 83, 1986.**

Administração de escolas de 1º e 2º graus e a natureza do processo de produção pedagógico. **Cadernos de Pesquisa (59) : 27-31, 1986.**

. O aluno do curso superior noturno; um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa (57): 3-19, 1986.**

O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola. **Cadernos de Pesquisa (57) :20-9, 1986.**

. A Constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos. **Cadernos de Pesquisa (59) : 57-65, 1986.**

A Construção da inteligência e a aprendizagem escolar de crianças de famílias de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa (56) 66-72. 1986.**

. Cultura, escola, ideologia e cognição: continuando um debate. **Cadernos de Pesquisa (57) : 78-85, 1986.**

Desenvolvimento cognitivo e escolaridade: um estudo realizado com crianças de meio sócio-econômico desfavorecido. **Cadernos de Pesquisa (58) : 69-76, 1986.**

- . **Uma dívida, quase uma perplexidade; algumas dificuldades da educação rural. Cadernos de Pesquisa (60) : 54-60, 1987.**

- Educação do negro: uma revisão bibliográfica. Cadernos de Pesquisa (62) : 3-34, 1987.**

- . **A educação e o intelectual acima das circunstâncias. Cadernos de Pesquisa (60) : 66-9, 1987.**

- . **Emendas Constitucionais 23/83 (Passos Porto) e 24/83 (João Calmon) : problemas e conseqüências da compatibilização. Cadernos de Pesquisa (58) : 3-14, 1986.**

- . **O ensino técnico agrícola do ponto de vista de seus egressos. Cadernos de Pesquisa (60) : 15-27, 1987.**

- . **A evolução das idéias pedagógicas no Brasil republicano. Cadernos de Pesquisa (60) : 28-37, 1987.**

- . **Exploração das condições dos alunos com maior defasagem entre a idade cronológica e a série em escolas rurais do Nordeste. Cadernos de Pesquisa (56) : 19-26, 1986.**

- . **Um modelo para análise da estratificação educacional no Brasil. Cadernos de Pesquisa (58) : 49-57, 1986.**

- . **Movimento operário e educação popular na Primeira República. Cadernos de Pesquisa (57) : 30-8, 1986.**

- . **Municipalização do ensino - debate e conjuntura. Cadernos de Pesquisa (60) : 48-50, 1987.**

- . **O ofício da criança: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. Cadernos de Pesquisa (59) : 32-56, 1986.**

- . **Organização do trabalho na escola: a prática existente e a teoria necessária. Cadernos de Pesquisa (59) : 73-6, 1986.**

- . **O papel social da pré-escola. Cadernos de Pesquisa (58) : 77-81, 1986.**

- . **Participação do pessoal da educação superior nas reformas ou inovações do sistema educacional. Cadernos de Pesquisa (59) : 3-14, 1986.**

- Planejamento educacional e clientelismo político. Cadernos de Pesquisa (56) : 4-10, 1986.**

- . **É preciso pensar em educação escolarizada para crianças de 4 a 6 anos? Cadernos de Pesquisa (59) : 66-72, 1986.**

- . Professores leigos versus **professores** habilitados. **Cadernos de Pesquisa (59) : 15-26, 1986.**
- . A quem serve a nova universidade? **Cadernos de Pesquisa (58) : 82-8, 1986.**
- . Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. Ca-
Cadernos de Pesquisa (60) : 3-14, 1987.
- . A universidade precisa renascer. **Cadernos de Pesquisa (57) : 86-95, 1986.**
- . **A utopia da gestão escolar democrática. Cadernos de Pesquisa (60) : 51-3, 1987.**
- Educação; Revista do Centro de Educação. Santa Maria, Universidade Federal de
Santa Maria, 1983.
- . A educação dos educadores no contexto de uma pedagogia para a transformação so-
cial. **Educação, 11 (1 - 2) : 167-87, 1986.**
- . Ensino noturno nas escolas de 2º grau. **Educação, 11 (1 - 2) : 112-34, 1986.**
- . Uma proposta de sistema de avaliação global para as escolas comunitárias. **Educação,**
11 (1 - 2) : 35-74, 1986.
- Educação PUC-RS. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul, 1978.
Características da adolescência; implicações pedagógicas. **Educação PUC-RS. 10**
(13) : 27-34, 1987.
- . A escola democrática. **Educação PUC-RS, 10(13) : 76-90, 1987.**
- . O professor de escola de 3º grau. **Educação PUC-RS, 10 (13) : 57-66, 1987.**
- . A relação teoria e prática: o estágio como momento de síntese no curso de licencía-
tura. **Educação PUC-RS, 10(13) : 67-74, 1987.**
- Educação Brasileira. Brasília, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras,
1978.
- . Alternativas de captação de recursos na universidade brasileira, 9(19)235-40.
- . Avaliação da universidade: expectativa da sociedade e presença do Estado. Educação
Brasileira, **8(17) : 43-56, 1986.**
- . Avaliação da universidade: pressupostos metodológicos, opções e estratégias. Educa-
ção **Brasileira, 8(17) : 31-42, 1986.**
- . Uma caminhada em alfabetização. **Educação Brasileira, 9(19) : 211-22, 1987.**

- . Condições favoráveis ao desenvolvimento do pensamento criador. **Educação Brasileira**, Brasília, 9(18) : 155-62, 1987.
- . Conhecimento universal ou profissional? Dilemas do 1º ciclo de graduação. **Educação Brasileira**, 8(16) : 71-98, 1986.
- Democracia na universidade: democratização do acesso, da gestão e dos resultados. **Educação Brasileira**, 8(17) : 57-102, 1986.
- . Democratização da universidade. **Educação Brasileira**, 8(16) : 19-24, 1986.
- Democratização do ensino e a conexão do ensino de 1º e 2º graus com o do 3º **Educação Brasileira**, 8(16) : 55-70, 1986.
- . A descentralização e a participação no processo de democratização da universidade brasileira. **Educação Brasileira**, 8(16) : 13-8, 1986.
- . Desenvolvimento do ensino superior e lei básica das escolas superiores. **Educação Brasileira**, 8(16) : 185-98, 1986.
- . Diagnóstico organizacional e financeiro do vestibular no Brasil. **Educação Brasileira**, 9(19) : 63-100, 1987.
- Educação e sociedade na nova Constituição brasileira. **Educação Brasileira**, 9 (19) : 41-62, 1987.
- Educação: ilusões e paradoxos pré-constitucionais. **Educação Brasileira**, Brasília, 9 (18) : 13-32, 1987.
- . Educação livre e gratuita em todos os níveis — uma contribuição para o debate. **Educação Brasileira**, Brasília,9(18) :123-36,1987.
- . Educação, um capítulo na nova Carta: análise de duas propostas. **Educação Brasileira**, 8(17) : 13-22, 1986.
- , Educação, universidade e constituinte. **Educação Brasileira**, Brasília, 9(18) : 175-6, 1987.
- . Escola pública popular; uma alternativa para a constituinte. **Educação Brasileira**, Brasília, 9(18) : 113-22, 1987.
- . A função social da universidade medida pela extensão. **Educação Brasileira**, 8(17) : 103-14, 1986.
- . Interiorização universitária: a experiência da Universidade Federal do Maranhão. **Educação Brasileira**, 8(16) : 177-84, 1986.

- . Orçamento-fórmula em instituições universitárias brasileiras. Educação Brasileira, Brasília, 9(18):137-54,1987.
- . O papel e o financiamento público das instituições de ensino superior particulares. Educação Brasileira, Brasília, 9(18):61-80, 1987.
- . O papel político do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Educação Brasileira, 8(16)99-124, 1986.
- . Participação social, política tecnológica e constituinte. Educação Brasileira, Brasília, 9(18):33-60,1987.
- . Planejamento e administração de universidades. Educação Brasileira, 8(16) :147-66, 1986.
- . O processo de democratização nas instituições de ensino superior. Educação brasileira, 8(16) :37-54, 1986.
- . Programas para uma nova universidade: como, por quê, para quem? Educação Brasileira,9(19):101-12,1987.
- . Proposta do Conselho de Reitores à Constituinte como contribuição para a elaboração da nova Carta Constitucional. Educação Brasileira, Brasília,9(18)221-4, 1987.
- . Propostas a serem encaminhadas à Assembléia Constituinte, subsídios. Educação Brasileira, 9(18)225-39, 1987.
- . Questionando a universidade que temos — subsídios para a revisão da estruturada universidade. Educação Brasileira, 8(17) :127-60, 1986.
- . Reflexões a respeito de um plano nacional de educação. Educação Brasileira, 9(19): 15-32,1987.
- . A reforma da universidade. Educação Brasileira, Brasília 9(18)81-112,1987.
- . Relação de poder na universidade. Educação Brasileira, 9(19):139-46, 1987.
- . Relação pesquisa e extensão. Educação Brasileira, 9(18):179-84, 1987.
- . O sistema universitário público brasileiro. Educação Brasileira, 9(19) :147-54,1987.
- . A universidade de oportunidades de aprimoramento profissional e cultural através de uma outra dinâmica universitária. Educação Brasileira, 9(19) :33-40, 1987.

Universidade brasileira — "indústria do conhecimento" ou "consciência das comunidades"? **Educação Brasileira**, 9(19):113-38,1987.

A universidade e as demandas da sociedade. **Educação Brasileira**, 8(17)23-30, 1986.

A universidade na Inglaterra e no Brasil:alguns pontos para reflexão. **Educação Brasileira**, 9(19) :159-66,1987.

- REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1944.

Carta brasileira de educação democrática. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(156):403-10,1986.

. Ciclo básico: um estudo de implementação de políticas públicas na universidade brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(155)52-71, 1986.

. Ciência da educação entre modernidade e pós-modernismo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(156) :306-19, 1986.

Democratização da gestão universitária; mesa redonda. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(158):165,94, 1987.

. Educação de adultos: necessidades e políticas— agenda para um debate. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 68(159) :356-86, 1987.

. Educação e Constituinte, implicações de uma pedagogia da qualidade — mesa-redonda. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 68(159) :387-420,1987.

. Educação para todos e a atuação da indústria cultural; mesa-redonda. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (155) :171-206, 1986.

. O ensino superior noturno e a democratização do acesso à universidade; mesa-redonda. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(157):617-48, 1986.

. Extensão universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (155):135-51,1986.

Humboldt e a universidade de hoje. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (156):411-38,1986.

. Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 68(159) :324-55, 1987.

Interesses humanos e paradigmas curriculares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(156):31-66, 1986.

Introduzindo a problemática do ensino técnico agrícola e um pouco de sua história. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(158) :41 -64,1987.

Um mergulho na alfabetização; ou: há muito o **que** revelar sobre o cotidiano da escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(158):65-97, 1987.

Um modelo global de desenvolvimento teórico da sociologia da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (157)521-31,1986.

Mudança e estagnação na universidade brasileira:o impacto do Programa **MEC/BID II**. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (156):320-50, 1986.

A pesquisa sobre educação pré-escolar: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (155).117-34,1986.

Políticas públicas e escolarização nas séries iniciais; mesa-redonda. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (156) :439-66, 1986.

Por uma escola democrática na América Latina: o nacional, o regional e o unitário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 68 (159)289-302, 1987.

Proporcionalidade na educação científica e matemática: desenvolvimento cognitivo e aprendizagem. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(157)586-602, 1986.

Proporcionalidade na educação científica e matemática: quantidades medidas por razões. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (155):93-107, 1986.

Proporcionalidade na educação científica e matemática: uma análise de tarefas piagetianas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (156):367-79, 1986.

Proposições para o ensino do futuro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (155):152-70, 1986.

A propósito de uma sociologia crítica de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (157)532-7, 1986.

Reflexões sobre a educação na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (158):195-212, 1987.

A relação pesquisa/ensino nas instituições de ensino superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (155)5-1, 1986.

- Retrospectiva da pesquisa educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 68 (159)279-88, 1987.
- . A sociologia da educação em perspectiva internacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67 (157)517-20, 1986.
- A sociologia em sala de aula: 1972-1984. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(158)7-40, 1987.
- . A universalização da educação básica: em busca de uma metodologia para o diagnóstico das necessidades educacionais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 67(155):72-92, 1986.
- O professor leigo— até quando? **Em Aberto**, 5 (32):1-8, 1986.
- . Os professores leigos. **Em aberto**, 5 (32) :13-5, 1986.
- . A questão da educação e a formação do educador; aprendendo com a própria história. **Em Aberto**, 6 (34):25-39, 1987.
- . Reflexões sobre a formação do professor leigo. **Em Aberto**, (32):17-25, 1986.
- . Sobre a formação de professores para o 1º e 2º graus. **Em Aberto**, 6 (34):11-5, 1987.
- Relatórios de Pesquisa
- Acompanhamento de egressos de escolas técnico-agrícolas; realidade e perspectivas. Natal, UFRN/Inep, 1987.
- O atendimento da criança de 5 a 7 anos em diferentes instituições pré-escolares. Porto Alegre, UFRGS/Inep, 1987.
- O atendimento do livro didático na escola: as características do livro didático e os alunos. Niterói, UFF/Inep, 1986.
- Desafio da produtividade na escola pública. Cuiabá, UFMT/Inep, 1986.
- Diagnóstico do setor educação no estado do Pará. Belém, UFPA/Inep, 1986. 8v.
- Documentação e análise dos movimentos por educação escolar pública na Grande Salvador, UFBA/Inep, 1987.
- Educação popular; uma reivindicação da classe trabalhadora? Ribeirão Preto, FFCLRP/Inep, 1986.
- Estudo de casos de alunos de classes de alfabetização que apresentam dificuldades de aprendizagem de leitura e/ou de adaptação à vida escolar. Rio de Janeiro, FUJB/Inep, 1986-87.

- Estudo sobre trabalho participativo e teleducação. Porto Alegre, Fundação Educacional Padre Landell de Moura/Inep, 1986.
- Estudos regionais sobre demanda de técnicas de nível médio para os setores primários e secundários da economia. Niterói, MEC/BIRD, Inep/UFF, 1987.
- Levantamento dos estudos e pesquisas sobre o ensino supletivo no Brasil: no período de 1971-85. São Paulo, CEDI/Inep, 1986.
- Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau uma área de ruptura das relações sociais tradicionais: a questão da formação profissional. Belém, Fadesp/Inep, 1986.
- Memória da educação em Pernambuco: verificação do rendimento escolar. Recife, Fundaj/Inep, 1987.
- Mulher e educação na sociedade rio-grandense da República Velha. Porto Alegre, UFRGS/Inep, 1987.
- Novos rumos da licenciatura. Brasília, Inep/PUC, 1987.
- O papel da escola na construção de uma sociedade democrática. Florianópolis, UFSC/CNPq/Inep, 1987.
- Perfil da estrutura educacional a nível de 2º grau em Pernambuco: caracterização e perspectivas de seu processo de ensino. Recife, UFPE/Inep, 1986.
- Planejamento educacional e clientelismo político no Nordeste. Recife, UFPE/Inep, 1987.
- O processo de socialização da criança nas famílias de periferia. Porto Alegre, UFRGS/Inep, 1987.
- A relação educação e trabalho: uma contribuição a sua recuperação histórica no pensamento educacional brasileiro. Niterói. UFF/Inep, 1987.
- Transporte e nível de escolarização no meio rural paulista: um estudo de caso. São Paulo, Associação de Estudos de transportes/Inep, 1986.
- BOTELHO, Maria Clélia. **Burocracia estatal e sistema escolar**; uma relação mediada pela inspeção escolar. Belo Horizonte, UFMG, 1986. Tese (mestrado)
- CARNEIRO, Lícia Puccini de Almeida. **A leitura na escola de 1º grau e a formação do leitor crítico**. Salvador, Universidade, UFBA, 1986. 337p. Tese (mestrado)
- CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. **Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul**; 1895-1926. Porto Alegre, UFRGS, 1987. Tese (mestrado)
- GOULART, Virgínia Luiza Ferraz. **Tempo do aluno em sala de aula; aumento ou melhor utilização?** Rio de Janeiro, UFRJ, 1986. 65p. Tese (mestrado).

- GOUVEIA, Selma de Souza. Da democracia concedida à democracia desejada; lutas e reivindicações de moradores do Bairro Paulo IV de Belo Horizonte. Belo Horizonte, UFMG, 1986. 421 p. Tese (mestrado)
- SILVA, Maria de Nazaré da Costa e. **Para repensar a alfabetização**; um estudo introdutório. Campinas, UNICAMP, 1987. 109p. Tese (mestrado)
- MEDEIROS, Márcia Benevenuto de. **Análise da práxis docente de professores de 1º grau, dirigida a crianças de camadas populares da Região de Vitória** — Espírito Santo um estudo de caso. Vitória, UFES, 1986. 270p. Tese (mestrado)
- MENDES, Sílvia Fiuza de Mello. **Relato de um estudo de dinâmica grupai em um clube de mães da periferia de Belém**. Belém, UFPA, 1986. Tese (mestrado)
- MORAIS, Artur Gomes de. O emprego de estratégias visuais e fonológicas na leitura e escrita em português. Recife, UFPE, 1986. 170p. Tese (mestrado)
- MOREIRA, Daniel Augusto. **Avaliação do professor universitário pelo aluno**: possibilidades e limitações. São Paulo, USP, 1986. 317p. Tese (mestrado)
- MUNIZ, Dinéia Maria Sobral. **A expressão oral na escola de 1º grau**; aspectos lingüísticos e educacionais. Salvador, UFBA, 1986. 227p. Tese (mestrado)
- NESPOLI, Ziléa Baptista. **Análise dos conceitos de organização e direção no curso de administração escolar**; uma proposta de trabalho docente. Niterói, UFF, 1986. 111 p. Tese (mestrado)
- PASSOS, Mauro. **A presença e o discurso da Igreja na formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte (1890-1930)**. Belo Horizonte, UFMG, 1986. 235p.
- PEDRADA, Dulcinea Benedicto. **Relação professor—aluno**: implicações para a formação do educador. Vitória, UFES, 1986. 104p. Tese (mestrado)
- RUBIN, Cecy Funck. **A formação política do professor de educação física**: uma visão gramsciana. Santa Maria, UFSM, 1987. 124p. Tese (mestrado)
- SANTOS, Alzirina Miranda dos. **A formação do professor alfabetizador**; a faceta lingüística. Belo Horizonte, UFMG, 1986. 105p. Tese (mestrado)
- SAPIRO, Clary. **Os alunos de instituição pública e privada encaminhados aos serviços de orientação educacional**; depoimentos omitidos. Porto Alegre, UFRGS, 1986. 267p. Tese (mestrado)
- VIANA, Maria José Braga. **Alfabetizando na escola pública**; relato de uma experiência. Belo Horizonte, UFMG, 1986. 95p. Tese (mestrado)
- VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Creche no Brasil**; de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo. Belo Horizonte, UFMG, 1986. 374p.

ANEXO I - RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO "O ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO E SUA DIVERSIFICAÇÃO FRENTE À SITUAÇÃO DO EMPREGO"

Parte I - SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO PÓS-SECUNDÁRIA

1. A rigor, não há no Brasil um sistema formal de educação pós-secundária, nos termos restritos definidos pela Unesco. No entanto, o Ministério da Educação reconhece que existem alguns cursos que, tanto pela sua concepção inicial como pelo seu aspecto didático-pedagógico, situam-se num nível de complexidade entre a formação de 2º grau e a superior plena.

Assim sendo, para efeitos deste questionário, a educação pós-secundária no Brasil abrange os chamados cursos de formação de tecnólogos de nível superior, oferecidos por universidades ou por instituições isoladas de ensino superior, públicas e privadas, e por instituições específicas como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Além disso, devem ser mencionadas as instituições que, como o Senai, Senac e escolas técnicas de 2º grau, oferecem programas não-formais de educação pós-secundária.

Os cursos de tecnólogos, embora considerados de nível superior, foram concebidos como cursos destinados a proporcionar habilitações intermediárias em modalidades específicas e profissionalizantes. Estes cursos estão fortemente relacionados com o *fa-zer* e voltados para a aplicação prática de conhecimentos científicos e tecnológicos. Ao contrário do profissional de graduação plena, a formação do tecnólogo não é geral e

abrangente, destinando-se à preparação de profissionais operativos e identificados com o mercado de trabalho.⁽¹⁾

A média de idade dos estudantes que ingressam nos cursos de tecnólogos está entre 18 e 19 anos.

A duração dos cursos é de 3 (três) anos, podendo ser concluídos, excepcionalmente, em menos tempo, caso haja possibilidade de integralização dos créditos. O Senai e o Senac oferecem cursos pós-secundários com menor duração, ou seja, em torno de um ano e meio, que devem ser acrescidos com estágios obrigatórios nas empresas.

O título concedido por tais cursos é o de tecnólogo de nível superior, quando os mesmos são oferecidos por instituições autorizadas.

Os cursos de formação de tecnólogos estão sob a supervisão do Ministério da Educação, no caso de serem oferecidos por instituições federais ou particulares de ensino. Podem estar também sujeitos aos governos estaduais, mas em todos os casos seguem as diretrizes estabelecidas em lei federal ou as orientações do Conselho Federal de Educação.

A distribuição dos estudantes segundo os diferentes tipos de estabelecimentos e a dependência administrativa pode ser visualizada na tabela 1, em anexo.

Como se pode observar, existe significativa predominância de matrículas na rede particular de ensino (63%). Segundo o tipo dos estabelecimentos, 46% das matrículas estão em universidades e 54% nos outros tipos de estabelecimentos.

2. No âmbito do Programa Estudante — Convênio/Graduação, executado pelo Governo brasileiro com países da América Latina e África, há significativa procura pelos cursos de formação de tecnólogos, especialmente os cursos de processamento de dados, sendo preenchidas todas as vagas oferecidas anualmente aos países.

Diante da expressiva demanda a tais cursos, vem sendo objeto de estudo a criação de programa estudante — convênio, específico para tecnologia.

A realização de estudos no exterior, em nível pós-secundário, não vem sendo estimulada no País, uma vez que a política do Governo brasileiro dá prioridade aos estudos de pós-graduação.

(1) Existe, ainda, um tipo decurso de nível superior, de caráter intermediário, destinado à formação de professores de 1º grau, que são os cursos de licenciatura de curta duração. Tais cursos não foram considerados, neste informe, como pós-secundários ou de tecnólogos, porque se caracterizam pela possibilidade de prosseguimento dos estudos em nível dos cursos plenos de formação de professores. Além disso, são recomendados como cursos transitórios, apenas enquanto houver carência de professores habilitados em regime pleno. Eles diferem, pois, dos cursos superiores de outros profissionais (tecnólogos), para os quais se recomenda a ampliação de oferta e que têm caráter terminal.

Parte II - POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DO ENSINO E DA FORMAÇÃO PÓS-SECUNDÁRIA

Políticas e estratégias

Os cursos de formação de tecnólogos estão regulamentados na Lei nº 5.540/68, nos seguintes artigos:

- Art. 18 — Além de cursos correspondentes a profissões reguladas em lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face a peculiaridades do mercado regional.
- Art. 23 — Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.
- § 1º — Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar **habilitações intermediárias** de grau superior.
- § 2º - Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos básicos e profissionais, inclusive os de **curta duração**, entre si e em outros cursos.

Conforme registrado anteriormente, os cursos pós-secundários de formação de tecnólogos são ministrados em universidades ou instituições isoladas de ensino superior, públicas e privadas. São oferecidos, também, por instituições específicas como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que, além da formação em nível de tecnólogo, podem ministrar cursos técnicos de 2º grau.

Em se tratando de cursos não-formais de educação pós-secundária, existem no Brasil vários tipos de programas de treinamento com duração variada, destinados aos egressos do 2º grau. Tais programas visam basicamente ao aperfeiçoamento de jovens, tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho. Vários tipos de instituições oferecem esses cursos, destacando-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), as Escolas Técnicas Federais e os Centros de Educação Tecnológica.

Cabe ao Ministério da Educação formular a política e as estratégias para o desenvolvimento dos cursos de formação de tecnólogos.

No período de vigência do I Plano Setorial de Educação (1972—1974), o Ministério desenvolveu projeto de implantação de cursos de formação de tecnólogos, aproveitando a infra-estrutura já existente nas universidades, principalmente nas federais.

Num segundo momento, entre 1975 e 1979, o Ministério passou a supervisionar tanto a criação como as condições de funcionamento dos cursos de curta duração.

Após um período de rápido florescimento (década de 1970), os cursos de formação de tecnólogos começaram a entrar em declínio (década de 1980). Diversos fatores concorreram para isso, destacando-se a pressão dos conselhos profissionais de classe e a

coexistência, numa mesma instituição, com as carreiras de longa duração. Em decorrência, algumas universidades interromperam os cursos de tecnólogos que haviam criado. O próprio Ministério da Educação, em seus planos de ação, deixou de incluí-los como prioridade.

No momento assiste-se, no âmbito do Ministério da Educação, a um esforço de reexaminar a experiência de implantação dos cursos de tecnólogos com vistas à possibilidade de retomá-los em bases mais seguras.

Reformas

Após a abertura dada pela Lei nº 5.540/68, para a estruturação, em nível superior, das carreiras de curta duração (tecnólogos), nenhuma modificação substancial foi introduzida.

Em 1987, o Conselho Federal de Educação destacou a importância da educação pós-secundária e sua regulamentação. Nesse sentido, alguns estudos vêm sendo desenvolvidos, no âmbito do Ministério da Educação, principalmente.

Planejamento e gestão

As funções de planejamento e de gestão da educação pós-secundária, no nível do Ministério da Educação, estão inseridas no âmbito da administração da educação superior. Não dispõem de estruturas específicas.

Financiamento

O financiamento dos cursos de educação pós-secundária dá-se por intermédio de diversas fontes, segundo o tipo de estabelecimento e dependência administrativa. No caso das universidades, instituições de ensino superior públicas e escolas técnicas federais, os recursos destinados aos cursos de formação de tecnólogos estão alocados nos orçamentos próprios de cada instituição, podendo ser tanto recursos federais quanto estaduais, dependendo da vinculação administrativa. Com relação às instituições como o Senai e o Senac, os recursos decorrem basicamente da contribuição do setor empresarial.

Parte III - NOVAS TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PÓS-SECUNDÁRIA

O processo científico e tecnológico vem pressionando a transformação das estruturas educacionais, com vistas a abrir o leque da formação profissional em áreas mais específicas.

A questão dos cursos de formação pós-secundária foi retomada no I Encontro Nacional de Educação Tecnológica, realizado em Curitiba, em 1987, onde foi examinada a necessidade de diversificar as modalidades de educação tecnológica, de forma a abranger cursos de aperfeiçoamento ou especialização do técnico de 2º grau, visando à valorização do mesmo.

A nova tendência que se esboça é o fortalecimento de outras modalidades de ensino pós-secundário, além do atual modelo concentrado na formação de tecnólogos de nível superior.

Parte IV - DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POS-SECUNDÁRIA: PROCEDIMENTOS DE INGRESSO, IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E ORIENTAÇÃO

A expansão do ensino pós-secundário vem sendo lenta, por questões de ordem política, cultural e econômica, como demonstra o reduzido número de matrículas nos cursos de formação de tecnólogos, que não ultrapassa 2% do total de matrículas do ensino superior. Com relação ao ingresso, o procedimento utilizado é, no caso dos cursos de formação de tecnólogos, o exame vestibular classificatório. Quanto aos cursos não-formais, os procedimentos podem variar a critério das instituições que oferecem esses cursos.

Parte V - A DIVERSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO POS-SECUNDÁRIA

Os cursos de educação pós-secundária concentram-se na área de ciências exatas e tecnologia (66%) (Ver Tabela II). Esta concentração decorre da elevada procura dos cursos ligados à informática, que têm congregado em torno de 48% do alunado nos últimos anos. Constata-se, portanto, uma redução na diversidade de cursos oferecidos, o que tem levado à retomada desta questão e ao surgimento de novas tendências.

Parte VI - FLEXIBILIDADE DAS ESTRUTURAS

Os alunos que concluem o segundo grau podem pleitear o ingresso nos cursos de educação pós-secundária e universitária, submetendo-se aos exames classificatórios.

Com exceção dos cursos de formação de tecnólogos em áreas afins, não existe a possibilidade de mobilidade horizontal entre os tipos de educação pós-secundária.

Parte VII - FORMAÇÃO GERAL X FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Como os cursos de tecnólogos destinam-se a preparar profissionais operativos e identificados com o mercado de trabalho na elaboração dos referidos cursos, a ênfase é dada nas disciplinas profissionalizantes, embora haja a inclusão de disciplinas de formação geral.

Parte VIII - O PESSOAL DA EDUCAÇÃO PÓS-SECUNDARIA

Os cursos de formação de tecnólogos são ministrados pelos docentes da instituição, encarregados dos cursos de nível superior de longa duração.

No caso do Senai, os cursos são ministrados por professores de ensino superior, por tecnólogos com habilitação para o magistério de 2º grau, assim como por tecnólogos especializados nas diversas áreas.

Parte IX - ADEQUAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA ENTRE A FORMAÇÃO E O EMPREGO

Conforme assinalado anteriormente, o último número de estudantes que frequentam cursos pós-secundários no País é muito restrito em relação às necessidades sociais existentes. No entanto, os egressos de tais cursos são absorvidos pelo mercado de trabalho.

Parte X - INTERAÇÃO ENTRE O ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO E A SOCIEDADE

No caso da sociedade brasileira, é necessário mencionar dois aspectos que têm dificultado o desenvolvimento da educação pós-secundária.

Primeiro, a resistência corporativista dos profissionais formados em cursos superiores de longa duração em aceitar a competição de profissionais com habilitação intermediária.

Segundo, a questão cultural difusa que valoriza a educação superior, principalmente no que diz respeito às carreiras de maior prestígio social, não havendo espaço, nesta visão, para habilitações que não sejam as de nível superior tradicionais.

TABELA 1 –MATRÍCULA TOTAL EM 30/4 NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS DE NÍVEL SUPERIOR – BRASIL – 1986

Natureza da Instituição	Dependência Administrativa					Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	
Universidade	2.779 24% 78%	788 7% 21%	1.069 9% 52%	6.879 60% 44%	11.515 100% 46%	
Federações	— 0% 0%	— 0% 0%	— 0% 0%	5.468 100% 35%	5.468 100% 21%	
Isoladas	759 13% 22%	2.938 36% 79%	982 12% 48%	3.345 39% 21%	8.199 100% 33%	
Total	3.538 14% 100%	3.726 15% 100%	2.051 8% 100%	15.592 63% 100%	24.907 100%	

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC

TABELA 2 – DADOS BÁSICOS SOBRE OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS DE NÍVEL SUPERIOR POR ÁREA DO CONHECIMENTO – BRASIL – 1988

Área	Número de Cursos	Vagas Oferecidas no Ano		Inscrições nos Exames Vestibulares	Insc./ Vagas	Ingressos no Ano	Matrícula Total em 30/4		Conclusões (1985)		
		%	Nº				%	Nº			
Ciências Exatas e Tecnologia	78	66%	7.907	91%	12,4	7.369	78%	20.319	82%	2.978	82%
		3%	90	2%	16,9	94	1%	362	1%	31	1%
Ciências da Saúde	03	5%	300	1%	1,7	235	3%	527	2%	90	3%
		26%	1.945	6%	2,1	1.720	18%	3.689	15%	511	14%
Ciências Agrárias	06	100%	10.242	100%	6,9	9.418	100%	24.907	100%	3.610	100%
Ciências Sociais Aplicadas	31	26%	1.945	6%	2,1	1.720	18%	3.689	15%	511	14%
		3%	90	2%	16,9	94	1%	362	1%	31	1%
Total	118	100%	10.242	100%	6,9	9.418	100%	24.907	100%	3.610	100%

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC.

ANEXO II - GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO(*)

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 109, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1988

O Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de realizar estudos preparatórios à 41ª Sessão da Conferência Internacional de Educação, que será promovida pela Unesco, através do Bureau Internacional de Educação, em Genebra, no mês de outubro de 1988, resolve:

1 — Constituir Grupo de Trabalho integrado por representantes do Conselho Federal de Educação, da Secretaria de Assuntos Internacionais, da Secretaria de Articulação e Estudos de Planejamento, da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Ensino de 2º Grau.

II — Atribuir ao Grupo de Trabalho a Elaboração dos seguintes documentos:

— A educação pós-secundária e sua diversificação face a situação de emprego no Brasil; e

— Relatório nacional sobre o desenvolvimento da educação — 1986-1987.

III — O Secretário-Geral deste Ministério designará os representantes dos órgãos indicados no item I.

IV - A coordenação dos trabalhos ficará a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais da Secretaria-Geral.

V — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

HUGO NAPOLEÃO

SECRETARIA-GERAL

(*) PORTARIA Nº 43, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1988

O Secretário-Geral do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no item III da Portaria Ministerial nº 109, de 10/2/88, resolve:

I - Constituir o Grupo de Trabalho abaixo que, sob a presidência do primeiro, se encarregará da elaboração dos documentos denominados **A Educação pós-secundária e sua diversificação face à situação de emprego no Brasil e Relatório nacional sobre o desenvolvimento da educação 1986-1987**, que servirá de subsídio à 41ª Sessão da Conferência Internacional de Educação, em Genebra, no mês de outubro do corrente ano, como segue:

- a) MÁRIO AUGUSTO SANTOS - Secretário de Assuntos Internacionais - SEAI/SG/MEC
- b) Profª EURIDES BRITO DA SILVA - Secretária-Executiva do Conselho Federal de Educação - CFE/MEC;
- c) Prof. ORLANDO PILATTI - Coordenador de Estudos e Análises da Sesu/MEC;
- d) Prof. CÉLIO DA CUNHA - Subsecretário de Educação Geral da Secretaria de Ensino de 2º Grau - Sesg/MEC;
- e) Profª MÉRCIA MARIA DOS SANTOS - Assessora da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional da SEB/MEC;
- f) Profª ANA ELIZABETE LOFRANO ALVES DOS SANTOS - Assessora da SEPLAN/SG/MEC;e
- h) Profª LILIANE LÚCIA NUNES DE ARANHA OLIVEIRA - Assessora do SEEC/SEPLAN/SG/MEC.

II - Fixar em 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO OCTÁVIO CINTRA
Substituto

(*) A elaboração deste documento contou também com a colaboração da Professora Rizza de Araújo Porto, Assessora do Gabinete do Ministro.

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no D.O. de 29/2/88, pág. 1891.



EDITORA GRÁFICA IPIRANGA LTDA
SIG. Qd. 6, Lote 2.280
Fone: 321-6644
Brasília-DF

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)